

Revista Aeronáutica

ISSN 0486-6274

Número 303
2019



PRESIDENTE

Maj Brig Ar Marco Antonio
Carballo Perez

1º Vice-Presidente

Cel Av Paulo Roberto Miranda
Machado

2º Vice-Presidente

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira
Pereira



Expediente

Abr. a Jun.

2019



www.caer.org.br

revista@caer.org.br

ISSN 0486-6274

SUPERINTENDÊNCIAS

Sede Central

Cel Av Pedro Bittencourt de Almeida

Sede Barra

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente - Ten Brig Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho

CONSELHO FISCAL

Presidente - Maj Brig Int Manoel José Manhães Ferreira

SEDE CENTRAL

Diretor Cultural

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Diretor Social, Tecnologia da Informação e Hotel

Cel Av Ajauri Barros de Melo

Diretor Administrativo e Chefe Secretaria Geral

Cel Av Théo Salgado Falcão

Diretor Beneficente

Cap Adm Ivan Alves Moreira

Diretor Jurídico

Dr. Francisco Rodrigues da Fonseca

Assessores

Financeiro e Patrimonial - Cel Int Genivaldo Bezerra de Oliveira

Assessor Secretaria Geral - Cap Adm Ivan Alves Moreira

SEDE BARRA

Diretor Desportivo

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Diretor Aerodesportivo, Técnico e Operações

Cel Av Romeu Camargo Brasileiro

Assessores

Social - Brig Ar Carlos José Rodrigues de Alencastro

Administrativo e de Pessoal - Cel Av Luiz dos Reis Domingues

Financeiro - Cel Int Carlos Eduardo Costa Mattos

Infraestrutura - Ten Cel Av Alfredo José Crivelli Neto

SEDE LACUSTRE

Assessor - Cap Esp Met José Renato do Nascimento

Sede Central

Praça Marechal Âncora, 15

Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021-200

• Tel.: (21) 2210-3212

3ª a 6ª feira de 8h às 12h e 13h às 17h

Sede Barra

Rua Raquel de Queiroz, s/nº

Rio de Janeiro - RJ - CEP 22793-710

• Tel.: (21) 3325-2681

4ª a domingo de 9h às 17h30

COMISSÃO INTERCLUBES MILITARES

Assessores Clube de Aeronáutica

Maj Brig Ar Venancio Grossi

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Cel Av Ajauri Barros de Melo

Contato pelo tel.: (21) 2220-3691

REVISTA DO CLUBE DE AERONÁUTICA

Tel.: (21) 2220-3691

Diretor e Editor

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Conselho Editorial

Ten Brig Ar Marco Aurélio Mendes

Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez

Cel Av Renato Paiva Lamounier

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Produção Editorial e Design Gráfico

Rosana Guter Nogueira

Produção Gráfica

Luiz Ludgerio Pereira da Silva

Revisão

Ten Cel QFO Dirce Silva Brízida

Administrativo

Gabriela da Hora Rangel

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.



Cruzex 2018

Baixe um leitor de **QR code** em seu celular, fotografe o código ao lado e você poderá ler, fazer *download* ou compartilhar esta revista pela internet.



Sumário

- 4** MENSAGEM DO PRESIDENTE
Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez
- 6** NOTÍCIAS DO CAER
A Redação
- 8** O INSTIGANTE PROCESSO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL ATRAVÉS DOS TEMPOS
Manuel Cambeses Júnior
Cel Av (*In memoriam*)
- 10** FILOSOFIA E DIREITO: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO PARA A JUSTIÇA
Ives Gandra da Silva Martins
Jurista
- 13** STALIN
Reis Friede
Desembargador Federal
- 14** GUERRA HÍBRIDA
Reis Friede
Desembargador Federal
- 16** DESAGRAVO AO DUQUE DE CAXIAS, PATRONO DO EXÉRCITO BRASILEIRO DESINFORMAÇÃO, UMA ARMA DA GUERRA DÉ 5ª GERAÇÃO
Antonio Ferreira Sobrinho
Cel Ex
- 19** INSTINTO DE NACIONALIDADE
Machado de Assis
- 24** AS MISSÕES SUBSIDIÁRIAS E A DEFESA NACIONAL
V Alte Marcílio Boavista da Cunha
Maj Brig Ar Washington C. de Campos Machado
- 29** O NESTOR VIVE E É REAL
Washington Luiz Mendes de Paula
Administrador e Economista
- 30** VENEZUELA RISCO CALCULADO?
Gen Ex Luiz Gonzaga Schroeder Lessa
- 32** POR QUE UMA SECRETARIA DA FAMÍLIA?
Angela Vidal Gandra da Silva Martins
Jurista
- 34** A DERROTA DAS BANDEIRAS VERMELHAS
Percival Puggina
Escritor
- 36** TRANSPORTE INTERMODAL DOMÉSTICO DE PASSAGEIROS UMA SOLUÇÃO
Sérgio Leal da Costa
Cel Int
- 40** A ESCOLA DE COMANDO E O ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Ives Gandra da Silva Martins
Jurista
- 42** PROEZAS DO SA-16 ALBATROZ
Ten Brig Ar Masao Kawanami
- 44** TCHÊ, O PILOTO
Maj Brig Ar Washington Carlos de C. Machado
- 46** ENVELHECIMENTO CARDIOVASCULAR
Maj Brig Méd Ricardo Luiz de G. Germano
- 48** PEIXE? NUNCA MAIS!
Ten Brig Ar Sergio Pedro Bambini

CLUBE DE MENSAGEM DO

Prezados sócios civis e militares,

Chegamos à metade do ano e, com isso, à edição do segundo trimestre de nossa *Revista Aeronáutica*.

Esperávamos chegar nessa altura do ano com os ânimos já apaziguados, após uma acalorada eleição, com a situação da Nação bastante melhorada e com todos os brasileiros remando juntos na direção de um desenvolvimento

consistente. Infelizmente, porém, ainda contamos com uma minoria barulhenta, totalmente desprovida de ideais e patriotismo, que, de forma egoísta e intransigente, teima em manter os remos parados na água, tentando dificultar o deslocamento à frente, do nosso país. Pobres de espírito! Amargurarão o fracasso...

Nesta edição, temos excelen-



Foto histórica da estação
de hidroaviões, atual
Clube de Aeronáutica

AERONÁUTICA PRESIDENTE

tes artigos de várias e renomadas personalidades, da Força Aérea e de fora dela, todos eles plenos de ricos conhecimentos para os nossos leitores. Nesse sentido, gostaríamos de destacar a importância de um grande e antigo colaborador de nossa *Revista*: o já saudoso Cel Av Manoel Cambeses Júnior.

Lembro-me bem desse in-

signe oficial, como membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, quando lá estive cursando o CAPEM, nos idos de 2001. Era uma pessoa marcante e simpática. Bem falante, belas palestras, ótimos textos! Sempre foi assim, até o momento de nos deixar, neste ano. O Conselho Editorial da *Revista Aeronáutica* se orgulha

muito de tê-lo tido como um assíduo colaborador nosso.

Que o espírito do Cel Cambeses continue nos iluminando na missão de bem conduzir esse Informativo do nosso Clube de Aeronáutica! Assim seja!

Tenham todos, uma boa leitura.

*Maj Brig Ar Marco Antonio
Carballo Perez*



HOMENAGEM



FAB SE DESPEDE DE EX-MINISTRO DA AERONÁUTICA

O Ten Brig Ar Sócrates da Costa Monteiro faleceu no dia 30 de abril, no Rio de Janeiro (RJ). O velório foi realizado no Hangar do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), e o enterro no Pantheon dos Aviadores.

A cerimônia contou com honras militares, salva de tiros e entrega do Pavilhão Nacional à viúva do militar, Marília de Freitas Monteiro. Além de amigos e familiares do ex-Ministro, a despedida contou com a presença do Comandante da Aeronáutica, Ten Brig Ar Antonio Carlos Moretti Bermudez; de ex-Comandantes da Aeronáutica; membros do Alto-Comando e Oficiais-Generais da ativa e da reserva.

O ex-Ministro Sócrates comandou a FAB de março de 1990 a outubro de 1992. Nasceu em 26 de março de 1930 no Rio de Janeiro (RJ), então Capital Federal, e ingressou na Escola de Aeronáutica como cadete em 1948. Formou-se oficial aviador em dezembro de 1951 e atingiu o generalato em julho de 1980, quando foi promovido a Brigadeiro do Ar.

Em 2018, recebeu sua última homenagem da FAB, a Medalha Eduardo Gomes - Aplicação e Estudo, entregue pelo então Comandante, Ten Brig Ar Nivaldo Luiz Rossato. A honraria foi concedida pela primeira colocação no Curso Superior de Comando – hoje equivalente ao Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM) – em 1976.

Durante o velório, o Ten Brig Bermudez falou sobre a trajetória do Ten Brig Sócrates à frente da instituição. “Neste momento que a FAB despede-se de um de seus mais brilhantes oficiais-generais, temos a singular oportunidade de aprendermos com a experiência e buscarmos inspiração na história de vida do Ten Brig Sócrates”, disse o Comandante da Aeronáutica, ao lembrar os 44 anos de carreira do ex-Ministro.

Fonte: Agência Força Aérea, por Tenente Bueno

NOTÍCIAS

IPA REALIZA

NOVA FASE PARA A PSICOLOGIA

As pessoas são subjetivas e a psicologia pode contribuir para que processos seletivos para cargos públicos se tornem mais eficazes e objetivos. Esse foi o mote do Seminário que aconteceu nos dias 3 e 12 de abril, organizado pelo Instituto de Psicologia da Aeronáutica (IPA), no Clube de Aeronáutica do Rio de Janeiro (CAER-RJ), e que contou com a participação de psicólogos do Serviço de Seleção para Militares da Marinha do Brasil (SSPM) e do Centro de Psicologia do Exército Brasileiro (CPAEx).

O primeiro dia do evento teve como palestrante o Psicólogo Doutor Fábian Javier Rueda, conselheiro da 17ª Gestão e da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica, do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Dr. Fábian Rueda é também o coordenador do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) do CFP e baseou-se na Resolução 09/2018 para discorrer sobre os aspectos éticos da Avaliação Psicológica e seu impacto nos processos seletivos da FAB. Após ensinar as facilidades do Sistema, explicou como a não observância dos pareceres de testes divulgados no SATEPSI pode causar anulação de uma avaliação psicológica e de todo um certame. Fábian também destacou que “a avaliação psicológica é um processo amplo que não se restringe ao uso de testes psicológicos, que deve conter fontes complementares de dados e levar em consideração a adequação das técnicas e instrumentos ao objetivo da mesma”. Segundo ele, uma avaliação psicológica, para uma seleção pública, deve ter claramente definidos os aspectos cognitivos e de personalidade adequados

ao perfil do cargo, pois isto irá refletir a escolha dos instrumentos a serem utilizados.

Em ação inédita de aproximação bilateral – segundo o Conselheiro Dr. Fábian – o IPA inaugurou um ciclo muito útil para a sociedade. Curtos seminários, com palestras e debates programados para acontecer durante todo o ano de 2019, têm o objetivo de levantar dados e informações para atualizar e preparar os psicólogos do IPA para a nova fase. “Nossa intenção é desenvolver um teste psicológico customizado e informatizado para a Força Aérea Brasileira (FAB) e, com isso, esperamos indicar pessoas interessadas e propensas ao bom desempenho das atividades aeronáuticas e militar”, informou o Ten Cel Aviador Bruno Pedra, Diretor Interino do IPA.

Segundo a Chefe da Divisão de Pesquisa do IPA, 1ª Tenente Psicóloga Livia, o médio prazo estabelecido para o projeto se dá em razão das validações dos instrumentos de testagem psicológica, que precisam conjugar um correto perfil profissiográfico – perfil definido pela Instituição militar para cargos e funções – com o adequado arcabouço teórico comprovado em amostras da sociedade brasileira. “A pluralidade cultural do nosso país constitui um desafio por si só, mas o nosso plano é desenvolver parcerias com Universidades e Laboratórios de Psicologia em todo o Brasil, pois pretende-se encerrar o ano com um projeto que aponte onde e como conseguir as informações necessárias, que tragam, ao mesmo tempo, credibilidade e celeridade ao processo de seleção”, completa a Psicóloga Livia.

do CAER

SEMINÁRIO NO CAER

NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA

No dia 12 de abril, o Seminário trouxe, por meio de videoconferência, a Professora Dra. Cristiane Faiad de Moura, membro do Laboratório de Pesquisa em Avaliação e Medida (LabPAM) da Universidade de Brasília (UnB). Sua apresentação apontou para os desafios entre o que é ideal e o possível no âmbito das avaliações psicológicas em concursos públicos. Para tanto, exibiu as fases de planejamento e execução deste processo, enfatizando o aspecto global da avaliação, que deve considerar “o perfil profissiográfico, ou o estudo científico do cargo, o qual não pode ser centrado em um único teste psicológico”.

Em continuidade às atividades do Seminário, o IPA recebeu o Doutor Anderson Pereira dos Santos. O Delegado é Coordenador de Recrutamento e Seleção da Diretoria de Gestão de Pessoal do Departamento de Polícia Federal (PF), e abordou os aspectos jurídicos das seleções. Dr. Anderson centrou-se nas fragilidades e jurisprudências relacionadas ao tema, apontando a publicidade dos testes utilizados como o principal desafio. Para o Delegado, “é fundamental esforços unidos dos institutos de psicologia das Forças Armadas, como instituições de grande credibilidade, no intuito de conscientizar as esferas jurídicas sobre a importância da seleção psicológica nestes certames, o que garante o ingresso de pessoas mentalmente e emocionalmente aptas para o exercício de suas funções”. Desta forma, não apenas os militares, mas toda a sociedade seria beneficiada pela eficácia dessas seleções.

Da esq. para a dir., Ten Cel Adersonylton Sales Coutinho - Cmt do CPAEX, Dr. Fábio Rueda, Ten Cel Bruno Pedra e o Cap Frag Givanildo Agostinho da Silva - da SSPM



Dr Anderson Pereira dos Santos recebe o diploma da 1ª Ten Livia

Participantes reunidos no deque do Clube de Aeronáutica



Fotos: CB Marcos Neves

O INSTIGANTE PROCESSO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL ATRAVÉS DOS TEMPOS

Manuel Cambeses Júnior

Cel Av

Membro emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, conselheiro do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica e conferencista especial da Escola Superior de Guerra.

In memoriam



Duas grandes revoluções ligadas à produção industrial ocorreram no transcorrer do século XX. A primeira delas foi idealizada pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor (1856-1915), que, em trabalho publicado em 1913, lançou os princípios delineadores e as bases da organização científica do trabalho.

A partir daí, o industrial estadunidense Henry Ford (1863-1947), acolhendo os métodos elaborados por Frederick Taylor, em sua magistral obra, na fabricação de automóveis, passou a implementar uma nova forma de trabalho em que o operário passou a ser empregado em função meramente repetitiva e pontual, dentro de uma imensa linha de produção totalmente mecanizada.

Com a adoção desse novo modelo deixou-se de utilizar a tradicional sistemática na fabricação individual de cada automóvel e, desta forma, se conseguiu diminuir consideravelmente o tempo e o custo de manufatura envolvidos no processo industrial por unidade.

Uma vez demonstrada a eficácia do criativo processo, esta novel metodologia rapidamente se generalizou no conjunto de processos produtivos de escala industrial. De um lado ao outro do mundo, a sequencial linha de montagem se converteria em sinônimo de alta produtividade.

A segunda revolução industrial surgiu a partir da década dos noventa do século passado, com o surgimento das denominadas cadeias de produção. Este interessante processo produtivo se caracteriza por uma super especialização da linha de montagem, a ponto de conduzi-la ao seu desmembramento. Tomemos por exemplo a fabricação de uma geladeira, em que o motor é produzido por determinada fábrica, o compressor e os componentes do sistema termoeletrônico em várias empresas especializadas etc.

Se a primeira revolução levada a efeito por Frederick Taylor transformava o operário em um verdadeiro robô humano, a segunda, idealizada por Henry Ford, buscava encontrar esse robô em algum país onde a

mão de obra resultasse mais barata para a elaboração de cada tarefa específica.

É importante enfatizar que quando se traslada o exemplo anterior – referente à produção de geladeiras – para a fabricação de aviões, os problemas se ampliam exponencialmente. Nesse sofisticado processo industrial são empregadas milhares de peças que compõem os complexos sistemas de uma aeronave, elaboradas por fábricas altamente especializadas e conceituadas no ramo aeronáutico, e que envolvem, por sua vasta diversificação e alta especialização, diversos países ao redor do mundo. Esse instigante processo, evidentemente, se projeta sobre os mais diversos setores da economia manufatureira, em nível mundial.

Evidentemente, que este sofisticado processo produtivo demanda uma intrincada e complexa cadeia logística, consistindo em um verdadeiro quebra-cabeças elevado à enésima potência, somente praticável e factível graças aos notáveis avanços das tecnologias de comunicações e informações, ademais de sofisticados programas de computação e infraestrutura, de modo a tornar exequível o sistema de transportes por meio de excepcional logística portuária e aeroportuária.

Por outro lado, os pontos finais de montagem para cada produto são selecionados em função de considerações que viabilizem o processo industrial, tais como: custo da mão de obra, capacidade de volume manejável, qualidade da infraestrutura do país, e, em alguns casos, a proximidade com os principais mercados.

Adentrando no século XXI, ocorreu a terceira grande revolução produtiva industrial com a integração, em nível global, de manufaturas e serviços. Isto implicou em radical mudança de comportamento, passando das tradicionais cadeias de abastecimento – centradas nas manufaturas – às chamadas cadeias globais de valor.

Embasada neste novel modelo a empresa já não se satisfaz em procurar operários de menor custo para cada processo fabril, mas também busca contratar engenheiros, programadores, desenhistas, projetistas,

analistas financeiros, contadores e demais funcionários administrativos de custos mais econômicos, ou seja, são encetadas medidas administrativas com o objetivo de atender às demandas de cada empresa, buscando obter, no cenário internacional, funcionários que atendam ao binômio nível de qualificação e menores custos para cada função específica.

Diante deste quadro podemos inferir que para uma típica multinacional é importante manter uma busca constante de executivos e operários no amplo leque de opções existentes em países já consagrados como habituais fornecedores de massa crítica e mão de obra especializada. China, Tailândia, Indonésia, Índia, Singapura, Malásia e Vietnã constituem significativos exemplos desta atual sistemática.

É importante destacar a tendência prevaiente não só de externalizar trabalhos de manufatura e serviços a outros países, mas também contratar, de outras companhias, grande parte dos processos e responsabilidades que a empresa desenvolve diretamente. Em outras palavras, as funções fabris ou de serviços não serão necessariamente realizadas pelas próprias multinacionais, podendo ser repassadas a terceiros.

Em razão deste novo processo de produção industrial as grandes corporações desvencilham-se, em grande parte, dos custos que envolvem encargos sociais devidos aos operários e passam a manter uma busca constante, em todos os rincões do planeta, de companhias capacitadas a absorver significativas parcelas de determinado setor produtivo.

Finalmente, fechando o círculo desta nova e curiosa sistemática, as grandes corporações passaram a se preocupar, fundamentalmente, em resguardar, com extremado zelo, suas marcas e patentes que, em realidade, representam seus valores fundamentais e lhe garantem sobrevida no competitivo, e nem sempre ético, universo empresarial.

O que diriam Frederick Taylor e Henry Ford deste atual e complexo cenário produtivo industrial, em nível mundial? ■

FILOSOFIA E DIREITO: UM



Ives Gandra da Silva Martins

Jurista

Advogado e professor emérito da Universidade Mackenzie, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra.

igm@gandramartins.adv.br

Em meu livro *O Estado, à luz da História, da Filosofia e do Direito* (Editora Noeses, 2016) procurei mostrar a estreita relação entre a Filosofia, o Direito e a História, estando as três ciências sociais em intensa relação para explicar a aventura humana sobre a Terra.

É que a Filosofia permite conhecer, no plano não metafísico, mas existencial, os caminhos que tornam um ser humano distinto de qualquer outro ente vivo no planeta, em que a inteligência, unida ao espírito ou à alma, permite ao homem perscrutar os seus últimos fins, formulando teorias que, por melhores que se apresentem, esbarram na limitação própria de nossa inteligência e na apertada conexão entre o ser que conhece e o objeto conhecido (relação ontognoseológica).

Os fundamentos filosóficos, todavia, à

medida que o homem ganhou consciência maior da vida social e do progresso próprio que a inteligência foi abrindo para o aperfeiçoamento de suas relações, impactaram, de forma tosca, os primeiros aglomerados tribais, sendo gradativamente trabalhados por primitivos pensadores, principalmente após a transformação da escrita em forma de veiculação do pensamento, num longo crescimento, que tem seus pontos de partida nas cavernas de Lascaux e de Altamira e nas pinturas rupestres do Nordeste brasileiro.

DIÁLOGO NECESSÁRIO PARA A JUSTIÇA



À evidência, tal despertar conformou a história da Humanidade, pois, de rigor, passou a ser a história da vida social dos povos, por meio do direito costumeiro e não escrito no início, e tomando pouco a pouco forma, com as leis anteriores a Hamurabi, como de Lipit-Ishtar, UrNammu, Shulgi e outros.

É, todavia, a partir dos pré-socráticos gregos e da tríade admirável do período áureo ateniense, que a Filosofia molda o Direito, redirecionando os costumes para a estabilidade dos ordenamentos jurídi-

cos, escritos ou não, que conformaram, principalmente, o Ocidente, à luz dos ensinamentos dos três filósofos (Sócrates, Platão e Aristóteles).

O próprio Império Romano somente ganha a sua dimensão valorativa do Direito, como instrumento de conquista, por força da indiscutível influência que o pensamento grego exerceu em todas as áreas do conhecimento em Roma, sobretudo, na política. O livro clássico de Fustel de Coulanges sobre Grécia e Roma mostra a similitude dos dois países, inclusive nos deuses, mas revela tam-

bém a superioridade romana na cristalização no Direito de todo esse conhecimento.

Quero, todavia, neste breve artigo, fixar-me, fundamentalmente, em quatro diálogos de Platão relacionados ao Direito, que me parecem essenciais para entender a influência maior que o pensamento grego exerceu sobre Roma, e, principalmente, as lições de filosofia, de cidadania e de respeito às leis, neles demonstrado.

Trata-se de, perfunctoriamente, lembrar quatro discursos relacionados ao julgamento de Sócrates, que o levou à morte, de autoria de Platão (Eutífron, Apologia, Críton e Fédon).

Estou convencido de que, após as lições da tríade maior da filosofia grega, toda a produção posterior foi periférica, visto que os grandes temas já tinham sido abordados pelos três mestres maiores da busca da sabedoria e da verdade.

Guillermo Fraile, na sua monumental *História da Filosofia*, editada em 10 volumes pela BAC da Espanha, apresenta o resumo das teorias e doutrinas de mais de quinhentos filósofos greco-romanos de expressão. Desde os tempos dos pré-socráticos até à decadência do Império Romano do Ocidente, eles refletiram sobre a principal das ciências humanas, aquela que perscruta as verdadeiras riquezas da natureza do homem e sua inserção na ordem universal. Todos eles, sem exceção, escreveram obras de porte. Os pré-socráticos, Sócrates, Platão e Aristóteles, e toda a plêiade de pensadores que os seguiu, procuraram, alguns, inovar a sua teoria (epicurismo e ceticismo), outros, compatibilizá-la com as religiões, como, por exemplo, Filon, em relação ao judaísmo, e Plotino, na busca de preservação da religião romana, em face do cristianismo. Todos eles, entretanto, procuraram adaptar-se aos conhecimentos pertinentes ao século em que viveram.

É notável verificar as lições de Sócrates. Acredita-se que suas ideias foram pouco

modificadas, na exegese platônica, visto que somente as conhecemos por força dos diálogos de Platão. Percebe-se nelas evolução de postura, principalmente na concepção dos grandes temas de reflexão – os deuses, o homem, a alma e a lei – e nos quatro diálogos-chave, que desventram o choque entre o indivíduo e a ordem da cidade, da lei e da eternidade. Como grande parte da minha reflexão jurídica recaiu sempre sobre o choque permanente entre o indivíduo e o Estado – seja na primeira das trilógicas (*O Estado de Direito e o Direito do Estado, O Poder e A nova Classe ociosa*), seja na segunda (*Uma Visão do Mundo Contemporâneo, A Era das Contradições*) e, mais recentemente, nos três breves estudos (*Uma breve Teoria do Poder, Uma breve Teoria sobre o Constitucionalismo e Uma breve Introdução ao Direito*), compreende-se minha particular preferência pelos quatro diálogos sequenciais, em que Sócrates, o protagonista, prevê o seu futuro julgamento, aceitando-o (Eutífron). Defende-se com argumentos irrefutáveis, mas que não foram considerados. Tendo sido condenado (Apologia), nega-se a fugir, quando instado a fazê-lo por seus discípulos, mesmo sendo sua fuga desejada por seus injustos julgadores (Críton). Faz, então, considerações sobre sua morte, no cárcere, definindo-a como uma abertura para a eternidade e libertação da prisão humana (Fédon).

O choque entre o indivíduo pleno, consciente de seus direitos e de sua razão, e o Estado – cujo poder, na maior parte das vezes, é conquistado por oportunistas despreparados, que o ambicionam para utilizá-lo em proveito próprio, e não para servir ao povo – fica nitidamente retratado, nos quatro diálogos, como uma lição futura para ser aprendida por políticos e governantes, no dia em que se dispuserem a servir, mais do que a serem servidos.

Arthur Clark, notável escritor de ficção científica, equiparado em sua época a Isaac Asimov, idealizou em um de seus contos um corpo sideral, em que uma civilização somente era governada por aqueles que não desejassem governá-la. Naquela

democracia, quem mostrasse ambição e interesse pelo poder era automaticamente afastado de qualquer disputa, pois estaria pensando mais em si do que no povo.

Em Eutífron, ao aconselhar um amigo seu a submeter-se ao julgamento, acreditando nas leis da cidade, que sempre respeitara, Sócrates procura mostrar que a justiça decorre da certeza de que os que a dirigem são capazes de preservar cada cidadão, assim como de dirigir a cidade, mantendo uma relação de equilíbrio e estabilidade que permita realçar os valores da comunidade.

Por essa razão, tendo a opção de não se submeter ao julgamento de sua *polis*, quanto à falsa acusação de ministrar à juventude corrosivos ensinamentos, bastando para isso dirigir-se a qualquer outra cidade-estado, que o acolheria com as honras que seu talento merecia, preferiu mostrar o profundo respeito que tinha, como cidadão, às leis de sua cidade, esperando que a justiça prevalecesse. E sua defesa, na Apologia, é devastadora, não deixando qualquer acusação sem resposta.

Sua condenação, entretanto, não difere daquela com a qual os detentores do poder afastam os indivíduos capazes de lhes mostrar – como na velha fábula do rei da roupa invisível – a intriga, a adulação e a mentira. Persiste, ao longo da História, uma concepção de Estado segundo a qual os sociais e politicamente inconvenientes devem ser eliminados.

Quando Carl Schmitt, em sua teoria das oposições, declara que a arte opõe o belo ao feio; a moral, o bem ao mal; a economia, o útil ao inútil; e que a política opõe o amigo ao inimigo, não faz senão lembrar as lições maquiavélicas de que é bom o governante, mesmo que mau, se não perder o poder, e mau o governante, mesmo que bom, se o perder. Por essa razão, em todos os períodos da História, em todos os espaços geográficos, nas democracias, as campanhas para conquistar o poder objetivam apenas destruir a imagem do adversário, e, nas ditaduras, a própria vida e a liberdade dos que se opõem.

A lição de Sócrates sobre essa oposição permanente entre o indivíduo, na luta por suas aspirações maiores, e o Estado, que, segundo Helmut Kuhn, não constitui senão uma simples estrutura do poder, é tão atual quanto o foi, à época, e o será, no futuro, até ao fim dos tempos.

Em Críton, com um argumento imbatível, o filósofo não acata as sugestões de fuga que os discípulos lhe propõem e que os julgadores tolerariam: que pensariam seus discípulos, que sempre o tinham ouvido falar no respeito à lei da cidade, vendo-o desrespeitá-la, fugindo ao seu cumprimento, ou seja, à pena de morte? Para dar o exemplo a seus discípulos e a todos os que sofressem perseguições futuras, declara aceitar a morte, que, como termina por concluir em Fédon, é o que mais o ser humano deve desejar, pois é a libertação da prisão corporal para a eternidade. De rigor, mostra que, na passagem pela Terra, nada somos e iludimo-nos quando pensamos deter qualquer forma de poder real. Isso porque todo poder é transitório, visto que somos todos condenados à morte, uns nela vendo a libertação pela vida que levaram, e outros a temendo por não terem vivido uma vida digna de merecer a eternidade.

Nos dias que correm, essas permanentes oposições, entre o indivíduo e o poder, entre a justiça e a lei feita pelos governantes – mais em benefício deles próprios do que no do povo, como afirmava Hart – entre o bem e o mal, entre o temporário e o eterno, encontramos a luz exclusiva da reflexão filosófica, graças à pena de Platão e às lições duradouras de Sócrates, que influenciaram todas as gerações de juristas e pensadores.

São essas algumas considerações que faço sobre a íntima relação entre a Filosofia e o Direito neste brevíssimo estudo para a Jornada Ulbra de Filosofia do Direito, lembrando velhas lições daquele mestre e de seus dois sucessores, trindade esta até hoje insuperada na Filosofia. Quanto mais os leio, mais me convenço, não somente insuperados, mas insuperáveis ■

STALIN

Reis Friede

Desembargador Federal, Professor Emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e Diretor do Centro Cultural da Justiça Federal (CCJF)

reisfriede@hotmail.com

Em 2015, ao se completar 70 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, restou, como sempre, oportuno relembrar as barbáries perpetradas pela aventura doentia e insana de Adolf Hitler, durante as décadas de 1930 e 1940, o que, aliás, jamais pode, sob qualquer ótica, ser esquecido, independentemente do transcurso temporal cada vez maior entre os dias atuais e aquela emblemática fase histórica da Humanidade.

Mais uma vez, porém, ficou claro, em face dos acontecimentos daquele ano, que poucos se recordam das igualmente indigitáveis atrocidades cometidas por Josef Stalin, fato lamentavelmente constatado pela homenagem que, alguns brasileiros, ousaram rogar a este ditador, responsável pela morte de mais de 20 milhões de seres humanos, agraciando-o com o nome de um logradouro público na cidade do Rio de Janeiro.

O georgiano Stalin, que cultivava o culto da personalidade como arma ideológica, foi o responsável pela fome de caráter genocidário durante o início dos anos 1930, e, especificamente no ano de 1934, na Ucrânia (Holodomor ou Holocausto Ucraniano), bem como pela deportação em massa de grupos minoritários para campos de trabalhos forçados na Sibéria ou, alternativamente, para alguma das repúblicas soviéticas asiáticas, embrião dos vários problemas étnicos hoje enfrentados naquela vasta região do globo.

Entretanto, mesmo com todo esse histórico terrível, um movimento esquerdista na cidade do Rio de Janeiro denominado As Brigadas Populares

realizou ao arpejo de uma mínima consideração para com os milhares de vítimas do stalinismo, uma homenagem ao sanguinário líder soviético para lembrar, em 2015, os 70 anos do fim da Segunda Guerra Mundial. O grupo colou um adesivo em que se lia Avenida Marechal Josef Stalin sobre a placa do logradouro da Rua Santa Luzia, tradicional via do Centro da cidade próxima das avenidas Churchill e Franklin Roosevelt, estes sim vencedores da Segunda Guerra Mundial, em prol dos ideais da democracia liberal e, portanto, verdadeiros merecedores desta honraria.

Tal homenagem, a que parte da imprensa, à época, rotulou como uma brincadeira, apenas demonstra a absoluta (e imperdoável) falta de conhecimento histórico da maior parte do nosso povo (em especial, de nossa juventude), bem como da ausência de uma consciência de responsabilidade maior sobre os destinos da Humanidade.

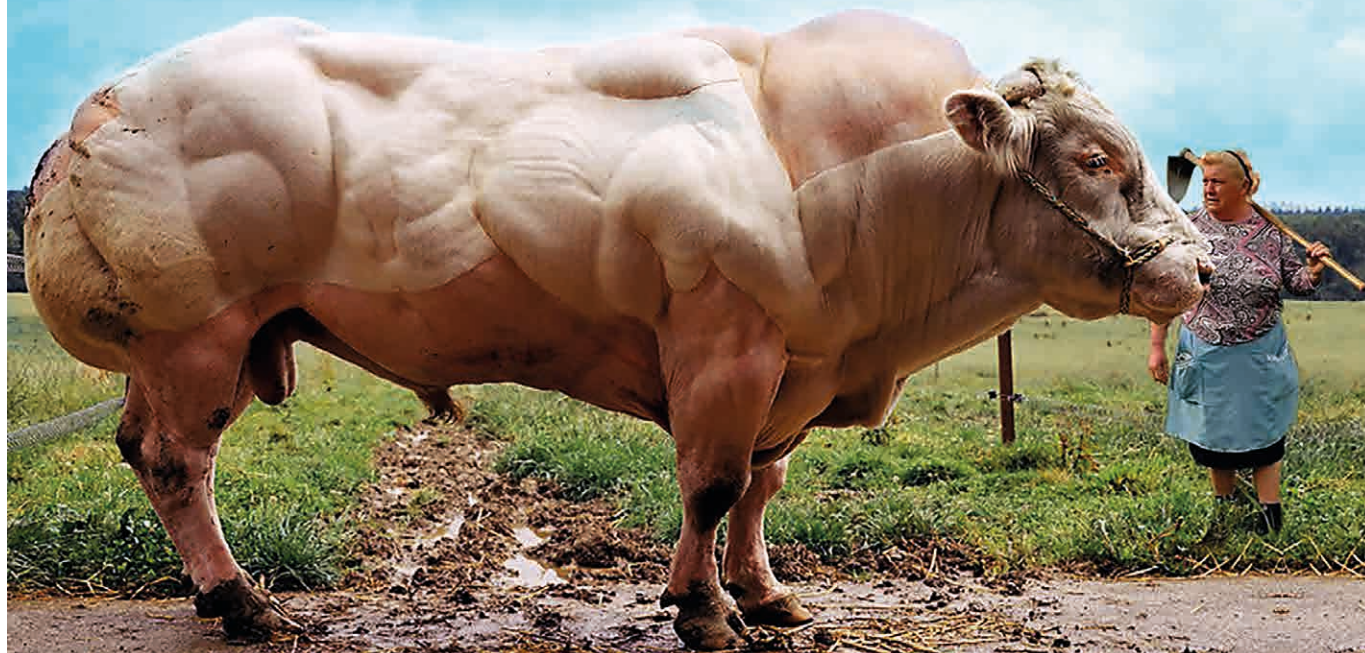
Isso não quer dizer que se possa, de nenhuma forma, diminuir a sinérgica condenação às barbáries cometidas por Adolf Hitler, que exterminou quase sete milhões de seres humanos (entre os quais, números ao redor de seis milhões de judeus, 220.000 ciganos e 15.000 homossexuais) sem qualquer justificativa (se é que é possível forjar qualquer justificativa plausível para se matar seres humanos), mas revela, por seu turno, que o mesmo tratamento deve ser conferido a Stalin, que massacrrou 20 milhões de pessoas (e não se trata aqui de uma macabra competição de quem matou, por simples crueldade, mais seres humanos, mas, sobretudo, de

condenar veementemente estes sombrios capítulos da História), conscientizando as atuais e futuras gerações, tornando tais fatos vivos, na memória coletiva, para que jamais possam vir a se repetir.

A História, não obstante conferir várias leituras e diferentes interpretações, não pode, todavia, ser falseada quanto aos comprovados fatos ocorridos, sendo certo, neste diapasão analítico, completo absurdo que ainda possam existir pessoas – mormente jovens estudantes e acadêmicos dos mais elevados graus – que imaginam continuar a viver nos tempos da Guerra Fria (1947-1991), lutando, por exemplo, contra uma suposta dominação imperialista da América Latina pelos Estados Unidos.

Esses indivíduos que, ao que tudo indica, ainda não viraram a página (ou sequer mudaram o calendário do século passado), devem urgentemente se atualizar (estudando, inclusive com o uso da farta documentação da antiga URSS que se tornou pública recentemente) para perceber que o mundo atualmente tem vários tons de cinza, entre o branco e o preto. Eles deveriam somar seu âmagô combativo na luta que realmente importa no momento: a luta pela defesa (intransigente) dos direitos humanos, que andam tão ameaçados por novos desafios, como o radicalismo religioso (fundamentalismo), seja ele de cunho judaico-cristão ou islâmico, algo que começa seriamente a despontar como o principal problema a ser enfrentado neste século, a exemplo da criação do famigerado Estado Islâmico, no contexto que se convencionou denominar de Novas Guerras ■

GUERRA HÍBRIDA



Reis Friede

Desembargador Federal

Professor Emérito da ECEME
e Professor Honoris Causa da ECEMAR

reisfriede@hotmail.com

Segundo ensinamentos de **Cesar Campiani Maximiano** (*Guerra Híbrida Não Existe: A História Prova, A Defesa Nacional*, n. 835, Rio de Janeiro, BIBLIEx, 1º quad. 2018, p. 4-9), a ideia de “guerra híbrida” é uma das mais recentes “falácias” que polui o pensamento militar da atualidade. Trata-se de mais um arremedo explicativo para quem criou o péssimo hábito intelectual de interpretar guerras pelos contextos táticos e, quando muito, operacionais. Surgida no seio de algumas análises da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a proposição nem mesmo é consenso naquela força, tendo suscitado refutação sólida o suficiente para que seja, no mínimo, analisada com mais seriedade, e, na melhor das hipóteses, abandonada de vez. (<www.nato.int/docu/review/2015/Also-in-2015/hybrid-modern-future-warfare-russia-ukraine/EN/>). Consoante seu ponto de vista, que também é acompanhado por diversos outros estudiosos da polemologia, a própria História Militar recente já se faz suficiente para afastar esta ideia, que posa de pretensa mudança na natureza da guerra, mormente para quem está

familiarizado com as reflexões de Clausewitz sobre os conflitos bélicos.

Em tempos de novas classificações, conceitos e qualificações, elaborados sobre os futuros tipos de guerra a serem enfrentados, quase sempre de validade duvidosa, prossegue o autor, resta concluir que as diversas campanhas contemporâneas (com suas correspondentes gramáticas) *permanecem solidamente servindo de referência para estudo para uma variedade enorme de situações complexas e dificuldades enfrentadas que não tiveram precedentes, o que costuma ser o caso em cada nova guerra.*

Todavia – em sentido diametralmente oposto – é cediço reconhecer que, pela própria dinâmica evolutiva da polemologia, cada vez mais doutrinadores – mesmo a par da comprovada existência de alguns exageros quanto à inauguração de novas classificações, conceitos e qualificações – têm defendido, em contraposição crítica, a utilização de terminologias específicas que, distante de buscar confundir a doutrina militar, objetivam prover maior clareza terminológica para velhos e novos fenômenos observados nos conflitos contemporâneos, notadamente os ocorridos no espectro temporal do pós-Segunda Guerra Mundial, concebendo maior (e imprescindível) precisão vocabular.

A título de exemplo, não há qualquer dúvida (minimamente razoável) de que,

embora não se trate propriamente de um acontecimento novo (e inédito), existem *conflitos de baixa intensidade* que se tornaram, a partir do advento das armas de destruição em massa (notadamente os artefatos termonucleares), muito mais comuns no contexto geopolítico atual, impondo a utilização de sua concepção conceitual de forma muito diferente do passado, quando esta modalidade de guerra (ou, em termos mais técnicos, *natureza conflitual*) era muito menos verificada e, portanto, conhecida e estudada.

Nesse particular, apesar de todas as efetivas e potenciais críticas, é ponderável o emprego da expressão *Guerra Híbrida* (ainda que sem a precisa *posição enciclopédica* de *tipo* ou *modalidade* de guerra, mas sim, alternativamente, como designativa da *natureza* intrínseca do conflito associado) para posicionar doutrinariamente determinadas expressões conflituais contemporâneas inéditas (ou, no mínimo, que se tornaram mais comuns nos dias atuais), fazendo-se mais precisa a gramática polemológica.

Pode-se cogitar (pela existência) de um conflito no qual os atores, estatais e não-estatais, exploraram todos os modos de guerra simultaneamente, empregando armas convencionais avançadas, táticas irregulares, tecnologias agressivas, terrorismo e criminalidade, visando desestabilizar a ordem vigente: é o que se denomina por “Guerra Híbrida”.

(FREDERICO ARANHA; *Guerra Híbrida: Breve Ensaio*, Defesanet, Brasília, 30 abr. 2015. Disponível em: <www.defesanet.com.br/doutrina/noticia/18978/GUERRA-HIBRIDA-%E2%80%93-Breve-Ensaio/>. Acesso em: 22/09/2017).

Resta evidente que a combinação dessas diferentes características (meios ortodoxos e heterodoxos combativos e outros tantos contrapontos bélicos) – a que se convencionou chamar de *Guerra Híbrida* – muito provavelmente, já foi constatada em situações pretéritas de guerra, nas quais, à época, nem se cogitou formular novas conceituações e definições para interpretar os eventos então enfrentados. Contudo, tal fato, ainda que verdadeiro (em sua essência), não retira a atual necessidade classificatória, sobretudo se entendermos que esta modalidade (nova ou *recauchutada*) passou a ostentar uma importância (em termos de ocorrências e de maior precisão modelar) que jamais foi experimentada no passado.

Uma das maneiras em que podemos entender a “Guerra Híbrida” é como aceitar, “prima facie”, esta mistura diversificada de tipos de guerra que, em termos de WITTGENSTEIN, se sobrepõem e se cruzam. A “Guerra Híbrida”, então, pode consistir, de forma seletiva e às vezes simultânea, em perseguir (ou evitar) todas e quaisquer possíveis formas de guerra em todo o espectro do conflito.

Dado o escopo abrangente da ‘Guerra Híbrida’, os recursos de um grande estado-nação industrializado seriam uma condição necessária para travar o mencionado confronto bélico, e isto distingue claramente a “Guerra Híbrida” da “Guerra Irregular”, partidária, ou não convencional no sentido estrito. Apenas as entidades não-estatais mais bem-sucedidas e bem financiadas poderiam aspirar à gama de operações implícitas na “Guerra Híbrida”, e, na medida em que uma das características essenciais nesta modalidade conflitual é a utilização coordenada das forças regulares e irregulares, a entidade não-estatal sem forças regulares não estaria, por definição, em posição de combater a “Guerra Híbrida”. (Entendendo a Guerra Híbrida: Uma Análise Explicativa, Traz a Definição de Guerra, Não-Guerra e Tipos de Guerra; Dinâmica Global, 31 ago. 2016. Disponível em: <//dinamicaglobal.wordpress.com/2016/08/31entendendo-a-guerra-hibrida-uma-analise-explicativa-tras-a-definicao-de-guerra-nao-guerra-paz-e-tipos-de-guerra/> Acesso em 22/09/2017).

A própria OTAN se encarregou de elaborar uma definição (específica) para a *Guerra Híbrida*, registrando a expressão em um contexto concepcional evolutivo, inerente à própria dialética da ciência polemológica no particular sentido da ampliação de seu vocabulário, sem, no entanto, registrar tratar-se, necessariamente, de uma nova modalidade de conflito, permitindo, muito acertadamente, a conclusão no sentido de configurar-se em uma nova faceta concernente à natureza de determinados tipos de guerra já consagrados pela polemologia.

Uma “ameaça híbrida” é aquela oferecida por qualquer adversário atual ou potencial, incluindo estatais, não-estatais e terroristas, com capacidade, seja ela comprovada ou provável, de empregar simultaneamente meios convencionais e não convencionais de maneira adaptável, na busca de seus objetivos. (NATO Military Working Group – Strategic Planning & Concepts, fev. 2010).

Ainda assim, restam absolutamente salutares, para uma maior reflexão sobre a temática epigrafada, as considerações (adicionais) de **Cesar Campiani Maximiano** (*Guerra Híbrida Não Existe: A História Prova*, A Defesa Naval, n. 835, Rio de Janeiro, BIBLIEx, 1º quad. 2018, p. 4-9), no sentido da (eventual) pouca utilidade dos novos termos e conceitos polemológicos, em especial a caracterização assertiva de uma *Guerra Híbrida*.

A literatura sobre *guerra e estratégia* tem contato com poucos textos esclarecedores desde a elaboração dos grandes clássicos do século XIX. O simples teste de perguntar “esta nova definição é útil?”, ela realmente ajuda?” pode salutarmente ser aplicado a cada nova discussão emergente sobre as mudanças e possíveis inovações que os analistas, a cada geração, declaram ser capazes de observar nas guerras. O fato é que, comumente, inúmeras conceituações estreatantes não só não ajudam (como, ao reverso) confundem. Em seu capítulo no livro *Rethinking the Nature of War*, **M.R.L. Smith** foi capaz de expressar calmamente a inutilidade de algumas delas, como a de LIC (*Low Intensity Conflict*). Mesmo em uma situação de combate supostamente de *baixa intensidade*, em um grupo de combate (GC) moderno age e opera da mesma maneira que seus precursores no início do século XX. De fato, um GC organizado e treinado nos padrões da Primeira Guerra Mundial seria perfeitamente capaz de entender situações táticas contemporâneas e atuar no combate

moderno. E isto, apesar de ter sido concebido no contexto de uma das mais mortíferas guerras de atrito já enfrentadas pela Humanidade. Do ponto de vista de quem opera no espectro tático, um conflito de *baixa intensidade* pode ser tão letal quanto qualquer outro.

Esta comparação, sobretudo, é ainda superficial: se as dificuldades táticas podem ser mais ou menos graves, elas pouco dizem sobre questões subjacentes de natureza política que podem rapidamente fazer com que um conflito com um número relativo de baixas se transforme em um verdadeiro sumidouro de combates. *Baixa intensidade* é um adjetivo eufemístico que incorre no perigo de subestimar a gravidade e a complexidade de uma crise. A ideia de *Low Intensity Conflict* cai por terra: empregar o conceito é interpretar conflitos por seu contexto tático, e não a partir de considerações sobre suas origens históricas, geográficas, étnicas, culturais, sociais e econômicas – enfim, políticas.

Como explica a própria conceituação de proponentes da *Guerra Híbrida*, esta é primordialmente o recurso dos beligerantes que apresentam maior grau de efetividade militar (conceito aprimorado dos anos 80 por **Millet e Murray**, que expressa uma das mais válidas contribuições para o debate sobre estratégia). Recordando a explanação oferecida pelos proponentes da *Guerra Híbrida*, somente as nações altamente industrializadas e desenvolvidas seriam capazes de se valer da economicidade de recursos que possibilitem operar em tão diferentes espectros. Se nos for permitido converter essa ideia de *alta industrialização* para um conceito mais consistente como o da efetividade militar, podemos imaginar o seu suprassumo no seu desempenho Aliado dos anos finais de 1944 e 1945, durante a Segunda Guerra Mundial. *Efetividade militar* é simplesmente a capacidade de transformar recursos em poder de combate.

A par de todas essas considerações, apresenta-se mais ponderável a posição que – reconhecida a existência dos *embates híbridos* como um fenômeno não propriamente inovador, mas certamente mais comum (em termos de ocorrência), notadamente no presente século XXI – o classifica como inerente à natureza do conflito, removendo-o da categoria, mais ampla, de nova modalidade de guerra, conforme registrado inclusive em alguns documentos oficiais da OTAN e, em parte, na doutrina das Forças Armadas estadunidenses ■



Antonio Ferreira Sobrinho

Cel Ex

Chefe da Seção de Pesquisas Históricas do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército Brasileiro (CEPHiMEx). Possui Graduação em Ciências Militares na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), 1971. Mestrado em Aplicações Militares na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), 1982. Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), 1986 e Pós-Graduação Lato Sensu em História Militar na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2008. É membro efetivo da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), da Associação Cultural Mandu' Ara do Paraguai e sócio emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

DESAGRAVO AO DUQUE DE CAXIAS, PATRONO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Desinformação, uma arma da guerra de 5ª geração

No segundo dia de desfiles no Sambódromo do Rio, a Mangueira foi para a avenida com um enredo *fantasioso e falacioso*¹ sobre personagens da nossa História pátria (*História pra ninar gente grande*), com o claro objetivo de fazer *uma narrativa de “páginas ausentes” da História do Brasil, revisando narrativas oficiais que foram ensinadas ao longo de gerações para os brasileiros*.²

O carnavalesco da escola de samba Estação Primeira de Mangueira, Leandro Vieira, responsável pelo enredo, o considera (...) *um recado político para o país todo, que tem que entender que isso aqui é importante* (...). Basta verificar o seu perfil nas redes sociais, para descobriremos que, a par da sua formação artística, estão sempre presentes as suas principais influências culturais: Caetano Veloso, Jean Willys, Bethânia, Chico Buarque, Leci Brandão, e outros da chamada esquerda *caviar*.

O Vereador Tarcísio Motta, professor de História do Colégio Pedro II, membro da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Municipal e presidente do PSOL

carioca, é o autor do texto representado no carro alegórico do desfile, onde o Duque de Caxias aparece pisando sobre cadáveres, numa cena de guerra. No Facebook, ele relata a sua intenção de forma muito clara e contundente:

Por detrás do retrato emoldurado de Duque de Caxias, tem mesmo muito sangue retinto e pisado. É a história que a História não conta, que tive a honra de poder partilhar não só com uma sala de aula, mas com uma avenida inteira. O texto que escrevi tornou-se, honrosamente, parte de um dos carros alegóricos da Estação Primeira de Mangueira. Que tenhamos coragem de desafiar, dentro e fora da Marquês de Sapucaí, a historiografia que esconde o genocídio do nosso povo.

Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, foi um general conservador com muito poder no século XIX. Patrono do Exército Brasileiro, ganhou o título de “O Pacificador”, por liderar tropas em diversas revoltas e guerras na América Latina. Mas, para os

brasileiros pobres do Império, devia se chamar “Passa e Fica a Dor”. Para Caxias e os poderosos do Império, pacificar era calar pobres, negros e índios, garantindo a tranquilidade da Casa Grande. Foi assim com balaíões e quilombolas mortos no Maranhão (1838-1841), com os lanceiros negros massacrados na Farroupilha gaúcha (1835-1845) e com negros e indígenas mortos na Guerra do Paraguai (1864-1870). Sua estratégia era simples: para as elites, negociação; para os trabalhadores, bala de canhão. Não era paz que ele levava. Paz sem voz, é medo.

Valho-me da mesma indignação, emanada pelo respeitado Círculo Monárquico do Rio de Janeiro, ao sofrer ataque semelhante, neste fatídico desfile, à excelsa figura da Princesa Isabel.

Aqui estamos para externar o nosso mais profundo repúdio a esse enredo da escola de samba da Mangueira, que retrata a imagem do **Patrono do Exército** de forma distorcida, desrespeitosa,

e sem o menor compromisso com a verdade histórica. Sua concepção (...) nasceu de uma mente doentia e obtusa, desconhecadora da cultura e da História de seu próprio país. Reconhecemos nesse episódio, um ato desesperado advindo daqueles que desejam que o Brasil fique eternamente agramado nas algemas da miséria intelectual.³

Uma pesquisa como essa, que se vale de meia dúzia de documentos bem posteriores aos fatos, julgando os personagens do passado com valores atuais e sem levar em consideração as percepções dos contemporâneos do herói, não vale nada. Trata-se apenas de mais uma opinião pessoal. Se seguirmos esse tipo de linha metodológica, adotada por esses estudiosos desorientados, imaginem, o que seria dito de Napoleão Bonaparte, George Washington, Alexandre o Grande, Felipe II da Macedônia, Erwin Rommel, Gen Moltke, Gen Patton, Gen Eisenhower, Gen Mac Arthur, Gen Montgomery, Gen Wellington, Ramsés II, Xerxes, Leônidas e outros tantos da História Universal?⁴

Ao negar o valor dado pelo reconhecimento historiográfico oficial ao nosso Duque de Ferro, o Prof. Tarcísio Motta desprezou a importância simbólica dessa personagem na conjuntura política e no regime de historicidade no qual adquiriu fisionomia. Esse grande brasileiro não apenas teve a chance de decidir o futuro do país, como encarnou o espírito e as contradições de sua época.

Na expectativa de se contrapor aos juízos revisionistas emanados pelo Mestre Tarcísio Motta, rememoraremos, na sequência, os traços humanos personalíssimos e aspectos singulares da edificante existência do ínclito Soldado, narrados impecavelmente pelo Cel Soriano:⁵

1. Luiz Alves de Lima e Silva pautou a sua vida pela inteireza de caráter, arrojo, acendrado patriotismo, fervorosa religiosidade e inextinguível exatidão no cumprimento do dever; 2. Na concessão da anistia aos vencidos, ao término da Revolução Farroupilha,

afiorou, sobejamente, o sentimento de generosidade do “Pacificador”. Ele concedeu a liberdade aos escravos farroupilhas, incorporando os que assim desejassem ao Exército Imperial, e tratou com extrema bondade os derrotados, sendo escolhido, pelos próprios gaúchos, para Presidente da Província e por eles indicado para Senador. Por conta disso, o saudoso jornalista e acadêmico Barbosa Lima Sobrinho concedeu-lhe a notável honorificência de “Patrono da Anistia”, e o eminente historiador militar, Coronel Cláudio Moreira Bento, o cognominou de “Pioneiro Abolicionista”; 3. Ainda com referência à grandeza de espírito de Caxias, observe-se, em seu testamento, como está expressa uma de suas vontades: “Declaro que deixo ao meu criado Luiz Alves, quatrocentos mil réis e toda a roupa de meu uso”. Diga-se que esse criado era um índio que ele trouxera, ainda jovem, do Maranhão, após a Balaiada, adotando-o e dando-lhe o próprio nome; ressalte-se que ele foi a primeira pessoa lembrada, no dito testamento, no qual, somente ao depois, são mencionados familiares e amigos íntimos do venerando Marechal (...); 4. Quando da Guerra do Paraguai, o Generalíssimo executou audaciosas manobras como a de envolvimento e cerco, em conjunto com a Marinha, e que redundou na queda da “inexpugnável” Fortaleza de Humaitá; como a “marcha de flanco” empreendida pelos nossos três Corpos de Exército através de uma estrada, de cerca de 11km, construída sobre o Grão-Chaco e as operações da “Dezembrada”, no começo das quais se travou a memorável Batalha de Itororó. No fragor dessa refrega, o Marquês de Caxias, aos 65 anos de idade, parte em direção à ponte sobre o arroio Itororó, sabre em punho e a galope de carga, após bradar: “Sigam-me os que forem brasileiros!”

(consigne-se que o marcial apelo do Comandante-em-chefe era tão-somente anímico, ao sentimento de brasilidade, posto que apenas tropas brasileiras participaram da batalha).

O Carnaval, caracterizado outrora como uma festa de grande alegria e civilizada expansão comportamental, vem sendo campo fértil para exageros imorais e destrutivos, tolerados pela sociedade brasileira em virtude da ditadura perniciosa do politicamente correto. Fica aqui o nosso protesto contra essas agressões destrutoras de valores e civismo, que invadem dissimuladamente nossos lares em eventos de entretenimento e folhetins gerados em redações e produzidos em estúdios, plenos de ideologias que repudiamos⁶.

O Exército Brasileiro se posiciona claramente sobre a representatividade das suas personalidades históricas mais destacadas, quando os designa como **patronos** (chefe militar ou personalidade civil escolhida como figura tutelar de uma força armada, de uma arma, de uma unidade etc., cujo nome mantém vivas as tradições militares e o culto cívico aos heróis)⁷.

A mais autêntica homenagem que se pode prestar aos grandes vultos da Pátria é manter viva a lembrança de seus feitos, é interpretar os acontecimentos de que participaram e recolher os dignos exemplos que nos legaram. No caso específico do **Duque de Caxias**, a sua pessoa representa a Instituição por conta das *magistrais lições que emanam de sua incomum existência, constituindo a imortal seiva que robustece crenças, revigora forças para a travessia do presente e inspira a busca do futuro* ■

1. AMAN 71, em 07/03/2019

2. Fernanda Rouvenat, G1 Rio, em 05/03/2019.

3. Nota de desagravo do Círculo Monárquico do Rio de Janeiro. AMAN 71, em 06/03/2019.

4. Cel Wellington Corlet dos Santos.

5. Manoel Soriano Neto, Cel Ref, Historiador Militar, ex-Chefe do CDocEx. Em Direita Brasil.

6. Aristóteles Borges, Cel Rf PMBA.

7. <http://www.eb.mil.br/patronos>.

INSTINTO DE NACIONALIDADE

Texto-Fonte:

Obra Completa de Machado de Assis,
Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. III, 1994.
Publicado originalmente em
O Novo Mundo, 24/3/1873.

Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e não há como negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro. As tradições de Gonçalves Dias, Porto-Alegre e Magalhães são assim continuadas pela geração já feita e pela que ainda agora madruga, como aqueles continuaram as de José Basílio da Gama e Santa Rita Durão. Escusado é dizer a vantagem deste universal acordo. Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas;



muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo.

Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e não há como negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro. As tradições de Gonçalves Dias, Porto-Alegre e Magalhães são assim continuadas pela geração já feita e pela que ainda agora madrega, como aqueles continuaram as de José Basílio da Gama e Santa Rita Durão. Escusado é dizer a vantagem deste universal acordo. Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo.

Sente-se aquele instinto até nas manifestações da opinião, aliás mal formada ainda, restrita em extremo, pouco solícita, e ainda menos apaixonada nestas questões de poesia e literatura. Há nela um instinto que leva a aplaudir principalmente as obras que trazem os toques nacionais. A juventude literária, sobretudo, faz deste ponto uma questão de legítimo amor-próprio. Nem toda ela terá meditado os poemas de *Uruguai* e *Caramuru* com aquela atenção que tais obras estão pedindo; mas os nomes de Basílio da Gama e Durão são citados e amados, como precursores da poesia brasileira. A razão é que eles buscaram em roda de si os elementos de uma poesia nova, e deram os primeiros traços de nossa fisionomia literária, enquanto que outros, Gonzaga por exemplo, respirando aliás os ares da pátria, não souberam desligar-se das faixas da Arcádia nem dos preceitos do tempo. Admira-se-lhes o talento, mas não se lhes perdoa o cajado e a pastora, e nisto há mais erro que acerto.

Dado que as condições deste escrito o permitissem, não tomaria eu sobre mim a defesa do mau gosto dos poetas arcádicos nem o fatal estrago que essa escola produziu nas literaturas portuguesa e brasileira.

Não me parece, todavia, justa a censura aos nossos poetas coloniais, iscados daquele mal; nem igualmente justa a de não haverem trabalhado para a independência literária, quando a independência política jazia ainda no ventre do futuro, e mais que tudo, quando entre a metrópole e a colônia criara a história a homogeneidade das tradições, dos costumes e da educação. As mesmas obras de Basílio da Gama e Durão quiseram antes ostentar certa cor local do que tornar independente a literatura brasileira, literatura que não existe ainda, que mal poderá ir alvorecendo agora.

Reconhecido o instinto de nacionalidade que se manifesta nas obras destes últimos tempos, conviria examinar se possuímos todas as condições e motivos históricos de uma nacionalidade literária; esta investigação (ponto de divergência entre literatos), além de superior às minhas forças, daria em resultado levar-me longe dos limites deste escrito. Meu principal objeto é atestar o fato atual; ora, o fato é o instinto de que falei, o geral desejo de criar uma literatura mais independente.

A aparição de Gonçalves Dias chamou a atenção das musas brasileiras para a história e os costumes indianos. Os *Timbiras*, *I-Juca Pirama*, *Tabira* e outros poemas do egrégio poeta acenderam as imaginações; a vida das tribos, vencidas há muito pela civilização, foi estudada nas memórias que nos deixaram os cronistas, e interrogadas dos poetas, tirando-lhes todos alguma coisa, qual um idílio, qual um canto épico.

Houve depois uma espécie de reação. Entrou a prevalecer a opinião de que não estava toda a poesia nos costumes semi-bárbaros anteriores à nossa civilização, o que era verdade – e não tardou o conceito de que nada tinha a poesia com a existência da raça extinta, tão diferente da raça triunfante, o que parece um erro.

É certo que a civilização brasileira não está ligada ao elemento indiano, nem dele recebeu influxo algum; e isto basta para não ir buscar entre as tribos vencidas os títulos da nossa personalidade literária. Mas se isto é verdade, não é menos certo que tudo é matéria de poesia, uma vez que traga as condições do belo ou os elementos de que ele se compõe. Os que, como o Sr. Varnhagen, negam tudo aos primeiros

povos deste país, esses podem logicamente excluí-los da poesia contemporânea. Parece-me, entretanto, que, depois das memórias que a este respeito escreveram os Srs. Magalhães e Gonçalves Dias, não é lícito arredar o elemento indiano da nossa aplicação intelectual. Erro seria constituí-lo um exclusivo patrimônio da literatura brasileira; erro igual fora certamente a sua absoluta exclusão. As tribos indígenas, cujos usos e costumes João Francisco Lisboa cotejava com o livro de Tácito e os achava tão semelhantes aos dos antigos germanos, desapareceram, é certo, da região que por tanto tempo fora sua; mas a raça dominante que as freqüentou, colheu informações preciosas e no-las transmitiu como verdadeiros elementos poéticos. A piedade, a minguaem outros argumentos de maior valia, devera ao menos inclinar a imaginação dos poetas para os povos que primeiro beberam os ares destas regiões, consorciando na literatura os que a fatalidade da história divorciou.

Esta é hoje a opinião triunfante. Ou já nos costumes puramente indianos, tais quais os vemos n'*Os Timbiras*, de Gonçalves Dias, ou já na luta do elemento bárbaro com o civilizado, tem a imaginação literária do nosso tempo ido buscar alguns quadros de singular efeito, dos quais citarei, por exemplo, a *Iracema*, do Sr. J. de Alencar, uma das primeiras obras desse fecundo e brilhante escritor.

Compreendendo que não está na vida indiana todo o patrimônio da literatura brasileira, mas apenas um legado, tão brasileiro como universal, não se limitam os nossos escritores a essa só fonte de inspiração. Os costumes civilizados, ou já do tempo colonial, ou já do tempo de hoje, igualmente oferecem à imaginação boa e larga matéria de estudo. Não menos que eles, os convida a natureza americana, cuja magnificência e esplendor naturalmente desafiam a poetas e prosadores. O romance, sobretudo, apoderou-se de todos esses elementos de invenção, a que devemos, entre outros, os livros dos Srs. Bernardo Guimarães, que brilhante e ingenuamente nos pinta os costumes da região em que nasceu, J. de Alencar, Macedo, Sílvio Dinarte (Escragnolle Taunay), Franklin Távora, e alguns mais.

Devo acrescentar que neste ponto

manifesta-se às vezes uma opinião, que tenho por errônea: é a que só reconhece espírito nacional nas obras que tratam de assunto local, doutrina que, a ser exata, limitaria muito os cabedais da nossa literatura. Gonçalves Dias, por exemplo, com poesias próprias seria admitido no panteão nacional; se excetuarmos *Os Timbiras*, os outros poemas americanos, e certo número de composições, pertencem os seus versos pelo assunto a toda a mais humanidade, cujas aspirações, entusiasmo, fraquezas e dores geralmente cantam; e excluo daí as belas *Sextilhas de Frei Antão*, que essas pertencem unicamente à literatura portuguesa, não só pelo assunto que o poeta extraiu dos historiadores lusitanos, mas até pelo estilo que ele habilmente fez antiquado. O mesmo acontece com os seus dramas, nenhum dos quais tem por teatro o Brasil. Iria longe se tivesse de citar outros exemplos de casa, e não acabaria se fosse necessário recorrer aos estrangeiros. Mas, pois que isto vai ser impresso em terra americana e inglesa, perguntarei simplesmente se o autor do *Song of Hiawatha* não é o mesmo autor da *Golden Legend*, que nada tem com a terra que o viu nascer, e cujo cantor admirável é; e perguntarei mais se o *Hamlet*, o *Otelo*, o *Júlio César*, a *Julieta* e *Romeu* têm alguma coisa com a história inglesa nem com o território britânico, e se, entretanto, Shakespeare não é, além de um gênio universal, um poeta essencialmente inglês.

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabelecamos doutrinas tão absolutas que a empobreçam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço. Um notável crítico da França, analisando há tempos um escritor escocês, Masson, com muito acerto dizia que do mesmo modo que se podia ser bretão sem falar sempre do tojo, assim Masson era bem escocês, sem dizer palavra do cardo, e explicava o dito acrescentando que havia nele um *scotticism* interior, diverso e melhor do que se fora apenas superficial.

Estes e outros pontos cumpria à crítica estabelecê-los, se tivéssemos

uma crítica doutrinária, ampla, elevada, correspondente ao que ela é em outros países. Não a temos. Há e tem havido escritos que tal nome merecem, mas raros, a espaços, sem a influência cotidiana e profunda que deveram exercer. A falta de uma crítica assim é um dos maiores males de que padece a nossa literatura; é mister que a análise corrija ou anime a invenção, que os pontos de doutrina e de história se investiguem, que as belezas se estudem, que os senões se apontem, que o gosto se apure e eduque, para que a literatura saia mais forte e viçosa, e se desenvolva e caminhe aos altos destinos que a esperam.

O ROMANCE

De todas as formas várias as mais cultivadas atualmente no Brasil são o romance e a poesia lírica; a mais apreciada é o romance, como aliás acontece em toda a parte, creio eu. São fáceis de perceber as causas desta preferência da opinião, e por isso não me demoro em apontá-las. Não se fazem aqui (falo sempre genericamente) livros de filosofia, de lingüística, de crítica histórica, de alta política, e outros assim, que em alheios países acham fácil acolhimento e boa extração; raras são aqui essas obras e escasso o mercado delas. O romance pode-se dizer que domina quase exclusivamente. Não há nisto motivo de admiração nem de censura, tratando-se de um país que apenas entra na primeira mocidade, e esta ainda não nutrida de sólidos estudos. Isto não é desmerecer o romance, obra d'arte como qualquer outra, e que exige da parte do escritor qualidades de boa nota.

Aqui o romance, como tive ocasião de dizer, busca sempre a cor local. A substância, não menos que os acessórios, reproduzem geralmente a vida brasileira em seus diferentes aspectos e situações. Naturalmente os costumes do interior são os que conservam melhor a tradição nacional; os da capital do país, e em parte, os de algumas cidades, muito mais chegados à influência européia, trazem já uma feição mista e ademanos diferentes. Por outro lado, penetrando no tempo colonial, vamos achar uma sociedade diferente, e dos livros em que ela é tratada, alguns há de mérito real.

Não faltam a alguns de nossos roman-

cistas qualidades de observação e de análise, e um estrangeiro não familiar com os nossos costumes achará muita página instrutiva. Do romance puramente de análise, raríssimo exemplar temos, ou porque a nossa índole não nos chame para aí, ou porque seja esta casta de obras ainda incompatível com a nossa adolescência literária.

O romance brasileiro recomenda-se especialmente pelos toques do sentimento, quadros da natureza e de costumes, e certa viveza de estilo muito adequada ao espírito do nosso povo. Há em verdade ocasiões em que essas qualidades parecem sair da sua medida natural, mas em regra conservam-se estímulos de censura, vindo a sair muita coisa interessante, muita realmente bela. O espetáculo da natureza, quando o assunto o pede, ocupa notável lugar no romance, e dá páginas animadas e pitorescas, e não as cito por me não divertir do objeto exclusivo deste escrito, que é indicar as excelências e os defeitos do conjunto, sem me demorar em pormenores. Há boas páginas, como digo, e creio até que um grande amor a este recurso da descrição, excelente, sem dúvida, mas (como dizem os mestres) de mediano efeito, se não avultam no escritor outras qualidades essenciais.

Pelo que respeita à análise de paixões e caracteres são muito menos comuns os exemplos que podem satisfazer à crítica; alguns há, porém, de merecimento incontestável. Esta é, na verdade, uma das partes mais difíceis do romance, e ao mesmo tempo das mais superiores. Naturalmente exige da parte do escritor dotes não vulgares de observação, que, ainda em literaturas mais adiantadas, não andam a rodo nem são a partilha do maior número.

As tendências morais do romance brasileiro são geralmente boas. Nem todos eles serão de princípio a fim irrepreensíveis; alguma coisa haverá que uma crítica austera poderia apontar e corrigir. Mas o tom geral é bom. Os livros de certa escola francesa, ainda que muito lidos entre nós, não contaminaram a literatura brasileira, nem sinto nela tendências para adotar as suas doutrinas, o que é já notável mérito. As obras de que falo, foram aqui bem-vindas e festejadas, como hóspedes, mas não se aliaram à família nem tomaram o governo da casa. Os nomes que principalmente seduzem a nossa mocidade são os

do período romântico; os escritores que se vão buscar para fazer comparações com os nossos – porque há aqui muito amor a essas comparações – são ainda aqueles com que o nosso espírito se educou, os Vitor Hugos, os Gautiers, os Mussets, os Gozlangs, os Nervals.

Isento por esse lado o romance brasileiro, não menos o está de tendências políticas, e geralmente de todas as questões sociais – o que não digo por fazer elogio, nem ainda censura, mas unicamente para atestar o fato. Esta casta de obras conserva-se aqui no puro domínio de imaginação, desinteressada dos problemas do dia e do século, alheia às crises sociais e filosóficas. Seus principais elementos são, como disse, a pintura dos costumes, a luta das paixões, os quadros da natureza, alguma vez o estudo dos sentimentos e dos caracteres; com esses elementos, que são fecundíssimos, possuímos já uma galeria numerosa e a muitos respeitos notável.

No gênero dos contos, à maneira de Henri Murger, ou à de Trueba, ou à de Ch. Dickens, que tão diversos são entre si, têm havido tentativas mais ou menos felizes, porém raras, cumprindo citar, entre outros, o nome do Sr. Luís Guimarães Júnior, igualmente folhetinista elegante e jovial. É gênero difícil, a despeito da sua aparente facilidade, e creio que essa mesma aparência lhe faz mal, afastando-se dele os escritores, e não lhe dando, penso eu, o público toda a atenção de que ele é muitas vezes credor.

Em resumo, o romance, forma extremamente apreciada e já cultivada com alguma extensão, é um dos títulos da presente geração literária. Nem todos os livros, repito, deixam de se prestar a uma crítica minuciosa e severa, e se a houvéssemos em condições regulares, creio que os defeitos se corrigiriam, e as boas qualidades adquiririam maior realce. Há geralmente viva imaginação, instinto do belo, ingênua admiração da natureza, amor às coisas pátrias, e além de tudo isto agudeza e observação. Boa e fecunda terra, já deu frutos excelentes e os há de dar em muito maior escala.

A POESIA

A ação da crítica seria sobretudo eficaz em relação à poesia. Dos poetas que

apareceram no decênio de 1850 a 1860, uns levou-os a morte ainda na flor dos anos, como Álvares de Azevedo, Junqueira Freire, Casimiro de Abreu, cujos nomes excitam na nossa mocidade legítimo e sincero entusiasmo, e bem assim outros de não menor porte. Os que sobreviveram calaram as líras; e se uns voltaram as suas atenções para outro gênero literário, como Bernardo Guimarães, outros vivem dos louros colhidos, se é que não preparam obras de maior tomo, como se diz de Varela, poeta que já pertence ao decênio de 1860 a 1870. Neste último prazo outras vocações apareceram e numerosas, e basta citar um Crespo, um Serra, um Trajano, um Gentil-Homem de Almeida Braga, um Castro Alves, um Luís Guimarães, um Rosendo Moniz, um Carlos Ferreira, um Lúcio de Mendonça, e tantos mais, para mostrar que a poesia contemporânea pode dar muita coisa; se algum destes, como Castro Alves, pertence à eternidade, seus versos podem servir e servem de incentivo às vocações nascentes.

Competindo-me dizer o que acho da atual poesia, atenho-me só aos poetas de recentíssima data, melhor direi a uma escola agora dominante, cujos defeitos me parecem graves, cujos dotes – valiosos, e que poderá dar muito de si, no caso de adotar a necessária emenda.

Não faltam à nossa atual poesia fogo nem estro. Os versos publicados são geralmente ardentes e trazem o cunho da inspiração. Não insisto na cor local; como acima disse, todas as formas a revelam com mais ou menos brilhante resultado; bastando-me citar neste caso as outras duas recentes obras, as *Miniaturas* de Gonçalves Crespo e os *Quadros* de J. Serra, versos estremados dos defeitos que vou assinalar. Acrescentarei que também não falta à poesia atual o sentimento da harmonia exterior. Que precisa ela então? Em que peca a geração presente? Falta-lhe um pouco mais de correção e gosto; peca na intrepidez às vezes da expressão, na impropriedade das imagens na obscuridade do pensamento. A imaginação, que há deveras, não raro desvaira e se perde, chegando à obscuridade, à hipérbole, quando apenas buscava a novidade e a grandeza. Isto na alta poesia lírica – na ode, diria eu, se ainda subsistisse a antiga poética; na

poesia íntima e elegíaca encontram-se os mesmos defeitos, e mais um amaneirado no dizer e no sentir, o que tudo mostra na poesia contemporânea grave doença, que é força combater.

Bem sei que as cenas majestosas da natureza americana exigem do poeta imagens e expressões adequadas. O condor que rompe dos Andes, o pampeiro que varre os campos do Sul, os grandes rios, a mata virgem com todas as suas magnificências de vegetação – não há dúvida que são painéis que desafiam o estro, mas, por isso mesmo que são grandes, devem ser trazidos com oportunidade e expressos com simplicidade. Ambas essas condições faltam à poesia contemporânea, e não é que escasseiem modelos, que aí estão, para só citar três nomes, os versos de Bernardo Guimarães, Varela e Álvares de Azevedo. Um único exemplo bastará para mostrar que a oportunidade e a simplicidade são cabais para reproduzir uma grande imagem ou exprimir uma grande idéia. N'Os *Timbiras*, há uma passagem em que o velho Ogib ouve censurarem-lhe o filho, porque se afasta dos outros guerreiros e vive só. A fala do ancião começa com estes primorosos versos:

São torpes os anuns, que em bandos
folgam,
São maus os caititus que em varas
pascem:
Somente o sabiá geme sozinho,
E sozinho o condor aos céus
remonta.

Nada mais oportuno nem mais singelo do que isto. A escola a que aludo não exprimiria a idéia com tão simples meios, e faria mal, porque o sublime é simples. Fora para desejar que ela versasse e meditasse longamente estes e outros modelos que a literatura brasileira lhe oferece. Certo, não lhe falta, como disse, imaginação; mas esta tem suas regras, o estro leis, e se há casos em que eles rompem as leis e as regras, é porque as fazem novas, é porque se chamam Shakespeare, Dante, Goethe, Camões.

Indiquei os traços gerais. Há alguns defeitos peculiares a alguns livros, como por exemplo, a antítese, creio que por imitação de Vitor Hugo. Nem por isso acho menos condenável o abuso de uma figura que, se

nas mãos do grande poeta produz grandes efeitos, não pode constituir objeto de imitação, nem sobretudo elementos de escola.

Há também uma parte da poesia que, justamente preocupada com a cor local, cai muitas vezes numa funesta ilusão. Um poeta não é nacional só porque insere nos seus versos muitos nomes de flores ou aves do país, o que pode dar uma nacionalidade de vocabulário e nada mais. Aprecia-se a cor local, mas é preciso que a imaginação lhe dê os seus toques, e que estes sejam naturais, não de acarreto. Os defeitos que resumidamente aponto não os tenho por incorrigíveis; a crítica os emendaria; na falta dela, o tempo se incumbirá de trazer às vocações as melhores leis. Com as boas qualidades que cada um pode reconhecer na recente escola de que falo, basta a ação do tempo, e se entretanto aparecesse uma grande vocação poética, que se fizesse reformadora, é fora de dúvida que os bons elementos entrariam em melhor caminho, e à poesia nacional restariam as tradições do período romântico.

O TEATRO

Esta parte pode reduzir-se a uma linha de reticência. Não há atualmente teatro brasileiro, nenhuma peça nacional se escreve, raríssima peça nacional se representa. As cenas teatrais deste país viveram sempre de traduções, o que não quer dizer que não admitissem alguma obra nacional quando aparecia. Hoje, que o gosto público tocou o último grau da decadência e perversão, nenhuma esperança teria quem se sentisse com vocação para compor obras severas de arte. Quem lhas receberia, se o que domina é a cantiga burlesca ou obscena, o canção, a mágica aparatosa, tudo o que fala aos sentidos e aos instintos inferiores?

E todavia a continuar o teatro, teriam as vocações novas alguns exemplos não remotos, que muito as haviam de animar. Não falo das comédias do Pena, talento sincero e original, a quem só faltou viver mais para aperfeiçoar-se e empreender obras de maior vulto; nem também das tragédias de Magalhães e dos dramas de Gonçalves Dias, Porto-Alegre e Agrário. Mais recentemente, nestes últimos doze ou catorze anos, houve tal ou qual movimento. Apareceram então os dramas e comédias do Sr. J. de Alencar, que ocupou o primeiro

lugar na nossa escola realista e cujas obras *Demônio Familiar* e *Mãe* são de notável merecimento. Logo em seguida apareceram várias outras composições dignas do aplauso que tiveram, tais como os dramas dos Srs. Pinheiro Guimarães, Quintino Bocaiúva e alguns mais; mas nada disso foi adiante. Os autores cedo se enfastiaram da cena que a pouco e pouco foi decaindo até chegar ao que temos hoje, que é nada.

A província ainda não foi de todo invadida pelos espetáculos de feira; ainda lá se representa o drama e a comédia – mas não aparece, que me conste, nenhuma obra nova e original. E com estas poucas linhas fica liquidado este ponto.

A LÍNGUA

Entre os muitos méritos dos nossos livros nem sempre figura o da pureza da linguagem. Não é raro ver intercalado em bom estilo os solecismos da linguagem comum, defeito grave, a que se junta o da excessiva influência da língua francesa.

Este ponto é objeto de divergência entre os nossos escritores. Divergência digo, porque, se alguns caem naqueles defeitos por ignorância ou preguiça, outros há que os adotam por princípio, ou antes por uma exageração de princípio.

Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes. Querer que a nossa pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade.

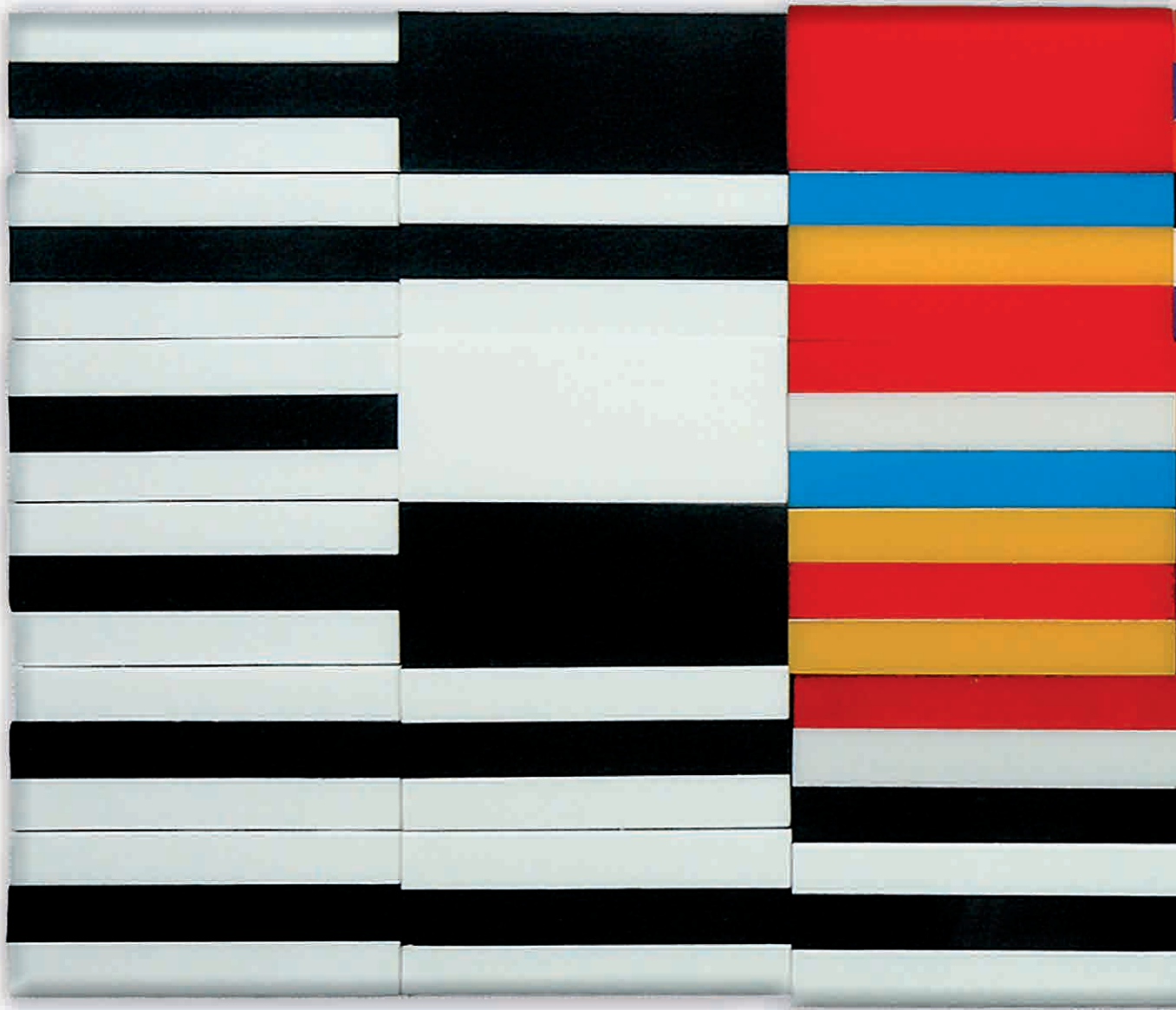
Mas se isto é um fato incontestável, e se é verdadeiro o princípio que dele se deduz, não me parece aceitável a opinião que admite todas as alterações da linguagem, ainda aquelas que destroem as leis da sintaxe e a essencial pureza do idioma. A influência popular tem um limite; e o escritor não está obrigado a receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr. Pelo contrário, ele exerce também uma grande parte de influência a este respeito, depurando a linguagem do povo e aperfeiçoando-lhe a razão.

Feitas as exceções devidas não se lêem muito os clássicos no Brasil. Entre as exceções poderia eu citar até alguns escritores cuja opinião é diversa da minha neste ponto, mas que sabem perfeitamente os clássicos. Em geral, porém, não se lêem, o que é um mal. Escrever como Azurara ou Fernão Mendes seria hoje um anacronismo insuportável. Cada tempo tem o seu estilo. Mas estudar-lhes as formas mais apuradas da linguagem, desentranhar deles mil riquezas, que, à força de velhas se fazem novas – não me parece que se deva desprezar. Nem tudo tinham os antigos, nem tudo têm os modernos; com os haveres de uns e outros é que se enriquece o pecúlio comum.

Outra coisa de que eu quisera persuadir a mocidade é que a precipitação não lhe afiança muita vida aos seus escritos. Há um prurido de escrever muito e depressa; tira-se disso glória, e não posso negar que é caminho de aplausos. Há intenção de igualar as criações do espírito com as da matéria, como se elas não fossem neste caso inconciliáveis. Faça muito embora um homem a volta ao mundo em oitenta dias; para uma obra-prima do espírito são precisos alguns mais.

Aqui termino esta notícia. Viva imaginação, delicadeza e força de sentimentos, graças de estilo, dotes de observação e análise, ausência às vezes de gosto, carências às vezes de reflexão e pausa, língua nem sempre pura, nem sempre copiosa, muita cor local, eis aqui por alto os defeitos e as excelências da atual literatura brasileira, que há dado bastante e tem certíssimo futuro ■





AS MISSÕES SUBSIDIÁRIAS

V Alte Marcílio Boavista da Cunha
e Maj Brig Ar Washington C. de
Campos Machado

wccm@terra.com.br

Este artigo está fundamentado na crença de que a execução de atividades subsidiárias contribui, embora de forma peculiar, para o desejado preparo do Poder Militar. Ele ressalta a importância dessas atividades tanto para a defesa nacional, quanto para o atendimento de necessidades da sociedade brasileira (especialmente das populações desassistidas)

e dos órgãos de governo que sofrem limitações para cumprir seus compromissos, além da contribuição para o fortalecimento e a sustentabilidade da base industrial de defesa.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal revela que *compete à União assegurar a defesa nacional* e estabelece que as Forças Armadas são “instituições nacionais e destinam-se à defesa da Pátria”. Seguindo essas determinações, a Política de Defesa Nacional busca conscientizar a sociedade

a respeito da importância de se entender a defesa da Nação como um dever de todos os brasileiros. A Estratégia Nacional de Defesa recorda, por sua vez, que o Brasil precisa estar preparado para defender-se e que o fato de ser um país pacífico não significa que deva permanecer desarmado e à mercê dos acontecimentos.

Em tempos de paz, o Poder Militar precisa ser preparado para a eventualidade do uso de força e violência em combate contra inimigos. Dessa forma, os meios de defesa devem ser estruturados em torno de capacidades¹, considerando a realidade



E A DEFESA NACIONAL

das operações militares de guerra, das operações militares de não-guerra e das operações não-militares², que incluem as missões³ subsidiárias ora abordadas.

FORÇAS ARMADAS E MISSÕES SUBSIDIÁRIAS

A destinação das Forças Armadas está perfeitamente estabelecida no Artigo 142 da Constituição Federal: *As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na*

disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Uma das peculiaridades das nossas Forças Armadas, atributo próprio do modelo militar nacional, está no exercício de missões subsidiárias, complementares às atribuições contidas no artigo citado. Essas missões têm por características serem de relevante importância, mas de difícil (física ou econômica) execução (no todo ou em parte) pela iniciativa pública ou privada.

A Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (e atualizações), determina, em seu Artigo 16, *que cabe às Forças Armadas, como atribuição subsidiária geral, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil.* Em seu Artigo 16-A, adiciona: *Cabe às Forças Armadas (...) atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, (...) contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de:*

I - patrulhamento; II - revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e III - prisões em flagrante delito.

A mesma Lei Complementar estabelece atribuições subsidiárias particulares, de caráter permanente e continuado, para cada Força Armada. Essas atribuições contribuem para a garantia da segurança da navegação, a execução de obras e serviços críticos de engenharia, a defesa civil, a gestão da infraestrutura aeronáutica e aeroportuária, e outros objetivos.

As Forças Armadas executam também atividades subsidiárias de cunho social. Essas atividades atenuam carências e atendem necessidades de populações desassistidas ou sujeitas a desastres naturais. Além disso, preveem o apoio a populações ribeirinhas, a perfuração de poços artesianos, a distribuição emergencial de água potável e a evacuação aeromédica de emergência.

As Forças Armadas ajudam, ainda, outras instituições nacionais, públicas e privadas, carentes de recursos operacionais adequados, a cumprirem suas responsabilidades perante a sociedade, como a Polícia Federal, a Receita Federal, a ANVISA e diversas ONGs de caráter assistencial.

DOUTRINA IMPLÍCITA E DOUTRINA EXPLÍCITA

As atribuições subsidiárias das Forças Armadas, por terem caráter permanente, já estão incorporadas à estrutura organizacional de cada Força. Observa-se claramente, nessas atribuições, a existência de interesse tanto na sua execução como nos seus produtos. As doutrinas de emprego nessas atividades são de natureza explícita e fazem parte do arcabouço estratégico de cada Força.

A intensa participação das Forças Armadas em missões subsidiárias, incluindo algumas consideradas estratégicas, caracteriza, mais do que simples prática, o exercício de doutrinas⁴ implícitas, de aplicação de meios militares em atividades

não diretamente relacionadas com suas missões constitucionais. Isso pode ser evidenciado nos exemplos a seguir, do passado e do presente:

- O Programa Nuclear da Marinha do Brasil (PNMB), composto dos projetos de propulsão naval e do ciclo do combustível nuclear, levados a cabo pelo Centro Tecnológico da Marinha, em São Paulo, (CTMSP) e pelo Centro Industrial Nuclear de Aramar (CINA);

- A fiscalização da produção, do comércio, da importação, da exportação e da circulação de produtos controlados, por meio da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC), e o controle de produtos químicos, biológicos, nucleares, material bélico e outros que possam causar explosões ou risco a pessoas e instalações;

- O Sistema de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (SISDACTA), cuja gestão operacional é realizada por meio dos Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (CINDACTA);

- A idealização e o desenvolvimento continuado do complexo do Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA), incluindo o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e a EMBRAER, e o projeto de desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites (VLS);

- A construção de aeródromos na Amazônia pela Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (COMARA), de forma a possibilitar os projetos de integração nacional e o desdobramento estratégico da Força Aérea;

- O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SIGAAZ), sob responsabilidade da Marinha;

- O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), a cargo do Exército; e

- O Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), executado pela Força Aérea.

Dada a evidente contribuição dessas missões subsidiárias para o preparo militar e o fortalecimento do poder dissuasório nacional, a tendência natural é a evolução

de suas doutrinas, de implícitas para explícitas.

INCORPORAÇÃO, PRODUÇÃO E ADAPTAÇÃO DE MEIOS E SISTEMAS

A execução das missões subsidiárias propicia às Forças Armadas se equiparem moderadamente, resultando na incorporação de meios e sistemas que, quando devidamente adaptados, poderão compor parcela do poder dissuasório nacional. Aparentemente inadequados para o combate, eles podem ser reconfigurados e evoluir rapidamente para o cumprimento de diversas operações de guerra, tais como: vigilância, detecção, inteligência, apoio logístico, lançamento de minas, lançamento de torpedos e mísseis, designação de alvos e outras.

São atividades e recursos sujeitos às doutrinas de preparo e emprego das Forças Armadas, com potencial de transformação e mobilização imediatas, quando já não incorporadas às suas estruturas organizacionais. E formam, em verdade, base indispensável para o desenvolvimento da estrutura nacional de defesa e, em especial, para o adestramento do pessoal militar.

Dentre esses meios e sistemas encontram-se navios, viaturas e aeronaves de transporte e de patrulha; plataformas multipropósito; centros de supervisão e controle; redes de telecomunicações (voz, dados e imagens); redes de sensores para vigilância, reconhecimento, meteorologia e oceanografia; hospitais e cozinhas de campanha; e meios de busca e salvamento.

O desenvolvimento da capacidade militar do Japão parece um bom exemplo de evolução a partir de missões subsidiárias: aceitou a proibição de constituir forças armadas estipulada no Acordo de Paz – Ata de Rendição (1945) e Tratado de Paz (1951); renunciou ao direito de declarar guerra e de manter forças de guerra, como estabelecido em sua Constituição (1947); criou, em 1950, uma Polícia Nacional Reserva que, em 1954, transformou-se em Forças de Autodefesa

do Japão, assumindo atividades de supervisão do território e de patrulhamento e policiamento para a defesa, entre outras. Hoje, suas Forças Terrestre, Marítima e Aérea de Autodefesa são respeitadas. Segundo estrategistas, *dominam* o acesso das esquadras da China e da Rússia ao Oceano Pacífico e, em aliança com os EUA, constituem o eixo primordial da segurança japonesa.

A Constituição Federal, em seu Artigo 219, estabelece que o mercado interno *integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País*. O atendimento, pela indústria nacional, das necessidades de meios e sistemas para as atividades subsidiárias das Forças Armadas (mercado interno) obedece ao disposto na Carta Magna e, se bem planejado, pode acelerar o crescimento econômico e a autonomia tecnológica e gerar inúmeros empregos no país.

Esses produtos são, em geral, tecnologicamente menos complexos, mais baratos e demandados em maiores quantidades, propiciando melhores planos de carga para a indústria. Por outro lado, a necessidade de adaptação desses meios e sistemas para a eventualidade de participação ativa em operações de guerra pode criar outro nicho de mercado para atuação (interna e externa) da indústria de defesa. O sucesso nessa atuação pode atenuar as fragilidades e vulnerabilidades da base industrial de defesa e manter preparado o caminho para uma eventual mobilização.

PATRIMÔNIO NACIONAL E PODER DISSUASÓRIO

Tal e qual o lobo da fábula *O Lobo e o Cordeiro*, do escritor grego Esopo (620 a.C. a 564 a.C.), a História da Humanidade tem demonstrado que as nações não necessitam de razões reais para impor a guerra a outras, em busca de satisfazer suas ambições de poder ou riqueza.

Nos tempos modernos, com o con-

to das nações (sob a égide da Organização das Nações Unidas) e a crescente capacidade de a opinião pública influenciar as decisões políticas de fazer a guerra (bem evidente nos países com governos democráticos), as intervenções de força têm sido apoiadas em justificativas de contenção de ameaças à paz ou de interesse público ou humanitário. Não obstante, embora de expressiva importância, isso não tem impedido os eventos de aplicação pura da razão da força (ou da força sem razão de ser) nas relações políticas internacionais, particularmente, quando em jogo significativos valores econômicos, sociais ou religiosos.

Para os países promovedores da paz mundial e sem ambições imperialistas, como o Brasil, a forma clássica de prevenção de agressões bélicas estrangeiras é a manutenção de um poderio militar dissuasório adequado, isto é, uma capacidade real de combate capaz de impor severas perdas aos potenciais agressores. Em suma, um poder militar de defesa capaz de tornar insuportável ao potencial agressor a relação de custo e benefício de uma eventual aventura contra a soberania nacional.

A determinação do poder dissuasório necessário constitui uma intrincada equação balizada pela estratégia nacional de defesa, envolvendo, dentre outros, avaliação de riscos, capacidade de ataque de eventuais forças inimigas, disponibilidade de meios nacionais, capacidade da diplomacia nacional, bem como o valor do patrimônio nacional ambicionado pelos potenciais agressores. Quanto maior esse patrimônio, maior deverá ser o poder dissuasório militar, de forma a não possibilitar uma razão favorável de custo e benefício aos países aventureiros.

O Brasil possui recursos abundantes de água doce, de terras agriculturáveis e a maior floresta tropical do mundo, que lança uma quantidade inimaginável de partículas de origem biológica na atmosfera e, junto com as algas marinhas, fornece boa parte do oxigênio que o Planeta pre-

cisa, sendo designada, por alguns, como *pulmão do mundo*.

É conhecida e real a ambição das potências econômicas e militares estrangeiras pelas incalculáveis jazidas minerais e pela fantástica biodiversidade da Região Amazônica. É também conhecida a estratégia de travestir essa ambição imperialista em propósitos humanitários globais. Se os países da Região não conseguirem assegurar a preservação da maior floresta tropical do Planeta, então, como *paladinos da Humanidade* os imperialistas assumiriam o controle militar do território. Caso, não obstante, a floresta seja plenamente preservada pelos países responsáveis, ainda assim, como o lobo da fábula, as ações imperialistas violentas não podem ser descartadas.

Considerando os valores dos fatores de ambição estrangeira e, ainda, o enorme território a ser defendido, pode-se imaginar que o necessário poder dissuasório do Brasil, se obtido, colocaria o país no nível das superpotências militares. O que, mercê de enormes demandas sociais prioritárias, dificilmente poderia ser atingido sem que se impusesse um assombroso sacrifício à população. Isso seria uma ação desmedida em regimes democráticos, sendo politicamente impossível de ser implementada em tempos de paz.

A estratégia militar de defesa orientou uma maior presença militar na Amazônia. Assim, diversas organizações das Forças Armadas foram deslocadas para o norte do país, possibilitando melhores condições de pronta resposta a quaisquer incursões hostis ao território nacional. E a realização de missões subsidiárias pode contribuir para contornar essa situação e reduzir a diferença entre o valor do poder militar possível e o necessário.

MISSÕES SUBSIDIÁRIAS DE INTERESSE DA DEFESA NACIONAL

Dado o atual nível de desenvolvimento do país e de ocupação do território nacional, particularmente da Amazônia, é

possível que algumas missões subsidiárias do passado não mais sejam necessárias, pelo menos não na mesma intensidade ou amplitude. Entretanto outras podem ser requeridas em diversas áreas de atuação e responsabilidade pública. Assim, em complemento ao movimento de racionalização dos meios e do efetivo militar, a Estratégia Militar de Defesa poderia considerar, explicitamente, a ampliação do emprego das Forças Armadas em missões subsidiárias de interesse da Defesa Nacional.

A ênfase das missões subsidiárias seria dada àquelas de cunho estratégico; ou por outra, àquelas, direta ou indiretamente, relacionadas com as responsabilidades do Ministério da Defesa de promover a capacitação nacional de defesa, a redução de vulnerabilidades estratégicas e a mitigação de potenciais riscos à Segurança Nacional. Em resumo, deve abranger algum aspecto que possa, mesmo que remotamente, comprometer ou deixar em dúvida a capacidade nacional de ocupar, controlar e proteger o território e seus patrimônios.

Apenas como exemplo, tirando proveito da maior presença das Forças Armadas na Região Amazônica, uma nova missão subsidiária a ser considerada poderia ser a cooperação do Ministério da Defesa com o do Meio Ambiente, na vigilância, identificação de violações aos planos de desenvolvimento sustentável da Amazônia e, sempre que necessário, intervenção e ações coercitivas oportunas. Essa atuação subsidiária poderia envolver também a cooperação nas ações de Defesa Civil, como a prevenção e apoio em casos de acidentes naturais e combates a incêndios florestais.

Os benefícios dessa possível nova missão subsidiária das Forças Armadas seriam mútuos tanto para os objetivos da defesa nacional (pela intensificação da presença e atuação das Forças Armadas na Amazônia), como para os do Ministério do Meio Ambiente (pela melhoria do nível de controle sobre a floresta). Uma ferramenta já disponível para suporte a essa missão é o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) vinculado ao Ministério da Defesa.

Consideradas as repercussões junto à sociedade brasileira e mundial, seria conveniente que as doutrinas de emprego das Forças Armadas nas atividades subsidiárias de proteção do meio ambiente fossem, o quanto possível, estabelecidas de forma explícita e ostensiva.

COMENTÁRIOS FINAIS

O processo de obtenção do poder dissuasório suficiente para fazer frente às ameaças reais e potenciais à soberania nacional passa necessariamente pela adoção de um modelo próprio de defesa nacional. Esse modelo, dentre outros aspectos, é normalmente definido em função do momento histórico, das características geopolíticas e dos níveis de desenvolvimento econômico, social, tecnológico e industrial.

O modelo de defesa nacional da Suíça é apoiado por uma doutrina do *cidadão em armas e permanente prontidão*; a China, a despeito do seu avanço tecnológico, confia no seu enorme efetivo militar, com base no preceito de Mao Tsé-Tung: *quantidade gera qualidade*; e o Japão, como já mencionado, partiu de uma polícia nacional para construir suas Forças de Autodefesa. E, assim por diante, de forma mais ou menos evidente, cada país possui seu modelo de defesa.

No Brasil, como mostrado ao longo deste artigo, significativos benefícios podem ser associados à execução de missões subsidiárias pelas Forças Armadas:

- A contribuição para atingir os objetivos nacionais, em atividades de difícil execução pela iniciativa pública ou privada;

- A atenuação de carências e o atendimento das necessidades de populações desassistidas ou sujeitas a desastres naturais;

- A ajuda a outras instituições nacionais, públicas e privadas, carentes de recursos operacionais adequados, com o objetivo de cumprir suas responsabilidades perante a sociedade;

- A contribuição para a montagem da estrutura necessária à defesa do país e para o adestramento de pessoal militar – os sistemas, meios operacionais e recursos

diversos necessários à execução das atividades subsidiárias formam a base indispensável para o desenvolvimento da estrutura nacional de defesa;

- A contribuição para o fortalecimento e a sustentabilidade da base industrial de defesa; e

- A contribuição para a mitigação de potenciais riscos e ameaças à soberania nacional.

Alerta-se que as atenções às atividades subsidiárias não devem substituir ou sequer mitigar os investimentos no desenvolvimento do Poder Militar e no fortalecimento das Forças Armadas. São objetivos complementares, nunca excludentes.

Ressalta-se ainda que, para não comprometer os orçamentos vitais de preparo e emprego das Forças Armadas em suas missões constitucionais, é altamente recomendável que os recursos para a execução das missões subsidiárias sejam contabilizados e executados de forma específica. Nos casos de atividades respaldadas por tarifas pagas por usuários civis, essa necessidade se torna mais evidente.

Finalmente, sugere-se o reconhecimento formal do modelo brasileiro de defesa nacional associado à execução de missões subsidiárias de cunho estratégico, a sua incorporação nas políticas e planos de desenvolvimento do Poder Militar e à consequente evolução das suas doutrinas, de implícitas para explícitas ■

Notas:

1 A Estratégia Nacional de Defesa destaca as capacidades de proteção, de dissuasão, de pronta-resposta, de coordenação e controle, de gestão da informação, de mobilidade estratégica e de mobilização.

2 Vidigal, Armando; Boavista, Márcilio; Barbosa, Afonso; e Boavista Osmar – Metodologia para a Formulação de Políticas – Ed. Brasil Rotário, 2017.

3 No contexto deste artigo, os termos missão, atribuição, atividade e ação são equivalentes.

4 As doutrinas podem ser explícitas ou implícitas. Explícitas, quando formalizadas em documentos, e implícitas, quando praticadas de acordo com costumes e tradições. – Doutrina Militar de Defesa – MD51-M-04 – Artigo 1.4 – Ministério da Defesa, 2007.

O NESTOR VIVE E É REAL

Washington Luiz Mendes de Paula

Administrador e Economista

(Nome de Guerra Washington, número de Guerra: 74/015)

washington74015@gmail.com



Solenidade militar no Pátio do Corpo de Cadetes, em 2007, com canto do Hino dos Aviadores e desfile militar em honra ao Aluno 74-343 Nestor, figura lendária e criada para aliviar as tensões da rotina da caserna

Goebbels foi Ministro da Propaganda da era nazista, na Alemanha. Não é um sujeito daqueles a que a gente possa se referir com prazer; mas é que tenho uma mentira que teve seu curso e final como uma verdade personificada, até.

Imaginem uma cena onde se encontram vários jovens de quinze a dezessete anos de idade, em um local amplo, porém cheio de camas e armários. Já se vislumbra um albergue, um alojamento ou até um convento. Era o alojamento de uma escola militar, a consagrada Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), lá nas altaneiras das Minas Gerais. Nesta cena decorria um embate de autoridade; um impetuoso Aluno de Serviço (SV), com aquele grupo de jovens de uma mesma turma, a conhecida Turma de Prata, de 1974, mesmo ano do fato ocorrido e agora narrado.

Esse aluno (SV), da Turma 1972, insistia em saber quem era o autor de certa irregularidade. No momento, não vem ao caso qual seria essa anomalia de conduta, mas é certo que acarretaria algum tipo de punição para o infrator. A situação estava se agravando. Aquele SV se mostrava irredutível vendo sua autoridade ameaçada. Todos os alunos ali presentes naquela cena se entreolhavam e criou-se um clima tenso. Foi quando, um daqueles alunos se prontificou a falar, dizendo: – *Fui eu o responsável por tal ocorrência.*

O SV, prontamente, aliviado, perguntou qual o nome e o número dele. Do aluno infrator. O dito aluno não titubeou, respondeu em alto e bom som que era o aluno Nestor, 74-343. O Aluno de Serviço só fez anotar e avisou que seria enviada uma notificação ao comando do esquadrão, como de praxe e regulamentar. Após

a saída do SV do alojamento, aquele grupo de alunos não entendeu nada, porém foi motivo de muito riso e alívio.

Ali nascia a mentira que se transformaria em uma verdade, pois não existia o Aluno Nestor nem aquele número 74-343 na Turma de Prata. Fora com inspiração, presença de espírito e coragem de não delatar, que foi criado o personagem fictício que resolveu aquela situação constrangedora e de consequência punitiva.

Ficou a expectativa, nos dias seguintes, de qual seria a consequência daquela atitude, no mínimo, inusitada. Felizmente para aquele nosso amigo da Turma de 74, nada aconteceu. A burocracia – acredita-se, se encarregou de neutralizar aquela notificação. Passou-se incólume aquele episódio para os alunos de outras turmas e para os oficiais comandantes. Entretanto para a Turma de 74 nascia um personagem que viria a salvar inúmeros colegas em faltas, principalmente, fora da Escola, em trajas à paisana, quando não se usava, é claro, a tarjeta de identificação. Nessas abordagens, utilizava-se, sem cerimônias e com desenvoltura, o nome e número do Nestor.

O tempo transcorreu e com ele o Nestor foi



De tanto se repetir
uma mentira,
ela acaba se
transformando em
verdade.
Joseph Goebbels

criando vida. Primeiro colocaram nome e sobrenome. Passou a ser chamado de Nestor Pterodaktilon Drums. Enquanto isso o criador do Nestor não mais se manifestara, até sucumbiu. Talvez por temer alguma consequência. Já no terceiro ano, alunos mais antigos que éramos, foi criada a imagem do Nestor, a fotografia de seu busto em perfil. Vale ressaltar que somente foi divulgada publicamente na *Revista Senta Púa*, onde apareciam os últimos registros da história da Turma de Prata até àquela época, 1977. Fatos prescritos, fatos esquecidos sobre as peripécias do Nestor.

Não bastava o Nestor ter um nome completo, número e foto. Faltava a personificação, a materialização daquele personagem que sempre povoou o nosso imaginário. Era um mito e até um mártir por tudo que passou. Por ocasião de nosso Encontro de 40 anos na Academia da Força Aérea (AFA), em maio de 2017, eis que surge o Nestor em corpo e alma, em pleno Pátio das Bandeiras, onde a tropa estava perfilada para o desfile.

Estava ele com as mesmas roupas dos colegas. Homem alto, esbelto e com aquela cabeça que nós o tínhamos em mente, agora um pouco mais envelhecido, como os demais colegas de Turma. Foi muita emoção ao vê-lo vivo, falando e gesticulando. Uma máscara fora capaz de trazer o Nestor para o nosso convívio, após 40 anos de existência. Pela apresentação surpresa e sua importância em nossas vidas, deu-se a ele a autoridade máxima presente naquele evento militar.

Assim, podemos crer que uma mentira pode se tornar uma verdade, sim. As provas estão nas fotos e filmes. O Nestor estará nos próximos encontros e para sempre na mitologia da querida Turma de Prata. O Nestor vive e é real ■



Gen Ex Luiz Gonzaga Schroeder Lessa

Nos últimos dias, a América do Sul
foi sacudida por considerável
instabilidade política na Venezuela,
precipitada pela entrada
no país da chamada ajuda humanitária.

VENEZUELA

RISCO CALCULADO?

Capitaneada pelos Estados Unidos, formou-se, em muito pouco tempo, uma sólida cooperação de cerca de 60 países – estando o Brasil incluído desde a primeira hora – quando reconheceram como legítima a autoproclamação de Juan Gaidó como presidente interino da Venezuela. E chegamos ao tão propalado dia 23 de fevereiro, data previamente marcada para a entrada da ajuda humanitária em território venezuelano, a partir das fronteiras do Brasil e da Colômbia, o que foi considerado por Maduro como uma interferência indevida nos assuntos internos do país. Discordâncias à parte, é difícil não considerar essa ação como, de fato, uma interferência no país vizinho, por mais que a diplomacia tente descaracterizar essa condição.

A união episódica dos Estados Unidos com países da Comunidade Europeia e da América Latina caracterizou o que sempre tememos possa ocorrer para a Amazônia: a imposição, por organismos internacionais, de medidas restritivas que afetem a nossa soberania, por supostamente contrariar eventuais políticas relacionadas ao meio ambiente, à problemática indígena ou à ocupação espacial. O entusiástico apoio da nossa diplomacia a essa intervenção abre um perigoso precedente para o Brasil.

A quase unanimidade da comunidade internacional reconhece que o governo corrupto de Maduro não pode continuar, e que isso só ocorrerá com a tomada de posição das Forças Armadas bolivarianas, disputadíssimas por todas as partes envolvidas: o governo tentando, a todo custo, manter a sua lealdade, e a oposição buscando fracionar a sua unidade e angariar a sua confiança.

Ao reconhecer Gaidó como presidente interino, Brasil, Estados Unidos e demais países esperavam por uma rápida deterioração do Governo Maduro, o que não ocorreu. Além do aumento das pressões norte-americanas já existentes, foi planejada a ajuda humanitária, que serviria para amenizar as agruras da população, mas, também e principalmente, como um teste de lealdade das Forças Armadas bolivarianas.

Apesar dos violentos protestos que resultaram em vários mortos e feridos, a

ajuda humanitária não logrou adentrar o território venezuelano, fato que reforça a solidez do Governo Maduro, comprovada por milhares de fiéis seguidores que compareceram ao comício por ele promovido em Caracas, e enfraquece Gaidó, que terá de buscar novas formas de luta.

E chegamos ao D+1. O que fazer? Os Estados Unidos e os demais países da coligação devem aumentar as suas pressões diplomáticas e econômicas e podem, até mesmo, pautar eventuais aventuras militares. O objetivo é um só: derrubar Maduro.

E quanto ao Brasil? Difícil prever, mas não deveríamos continuar seguindo a orientação norte-americana. Os objetivos dos Estados Unidos são muito diversos dos nossos, e longe de querer simplesmente a queda de Maduro buscam interromper a crescente influência russa e chinesa em área geopolítica tradicionalmente do seu interesse. O conflito da Venezuela traz para a América Latina, especialmente para o Brasil, a problemática europeia e os germes de uma nova e imprevisível guerra fria do século 21, que julgávamos há muito ultrapassada.

Por outro lado, os interesses brasileiros de convivência pacífica, conciliação, respeito e autodeterminação dos povos, princípios basilares da nossa diplomacia, aplicam-se, com alta prioridade, aos nossos vizinhos. Aqui, uma pergunta crucial: o que fez ou tem feito a nossa diplomacia para aliviar as tensões com a Venezuela, país de longas e profícuas relações com o Brasil?

Já foi dito que a diplomacia é a arte do impossível, e enquanto houver disposição para conversar sempre haverá possibilidade de se encaminhar e resolver os litígios. Exemplo mais contundente dos dias de hoje é a península coreana, que evoluiu de quase uma guerra nuclear para um ambiente de relativa paz, com sensível redução da tensão mundial. Parece que temos atuado muito timidamente na busca de uma solução que melhor atenda aos interesses brasileiros. O governo de Juan Gaidó é ainda um sonho quimérico, uma grande promessa, mas faltam-lhe os instrumentos básicos do Estado para que possa, efetivamente, exercer a sua autoridade de presidente. É grande a sua força moral e o respaldo político granjeado na

comunidade internacional. Mas fica nisso. À medida que o tempo passa, agrava-se cada vez mais a situação venezuelana, com severas e imprevisíveis consequências para o Brasil. Pouco provável, mas não fora de cogitações, pode até mesmo ocorrer uma tresloucada incursão militar venezuelana no Brasil. O balão das pressões infla a todo o momento, e só há um caminho para esvaziá-lo: conversando! Conversando com todos, venezuelanos e cubanos. E por que não fazê-lo com o próprio Maduro? Já chegamos ao ponto do não retorno? Não creio. Qualquer solução que se queira para a Venezuela, nas presentes condições, passa por Maduro. Essa a tarefa que a diplomacia pode e sabe fazer, valendo-se, até mesmo, da diplomacia militar, pelos excelentes contatos que ao longo dos anos mantivemos com os oficiais venezuelanos. Quando comandeí o Comando Militar da Amazônia havia, periodicamente, encontros com os nossos congêneres fronteiriços, que em muito facilitavam as ações de coordenação a implementar.

Agora, após o dia 23 de fevereiro, este é o momento mais propício para conversar. Tornou-se evidente que o Governo Maduro está enfraquecido, tanto internamente como em nível internacional. Mas ainda tem fôlego para durar. Os altos chefes militares e os principais líderes políticos venezuelanos, muito provavelmente, têm esse sentimento. Uma séria e convincente conversa diplomática pode abreviar a sua saída de cena sem traumatismos.

A ação diplomática junto a Maduro não exclui Gaidó e outros importantes próceres presos, como Leopoldo Lopes e Henrique Capriles, até chegar à tão desejada convocação para eleições gerais.

A crise venezuelana deixa uma importante lição para as Forças Armadas brasileiras. É imperativo reforçar o nosso dispositivo militar, particularmente, em Manaus e Boa Vista. No tocante ao Exército, há que se dotar a 1ª Brigada de Infantaria de Selva, entre outros meios, com um regimento de carros de combate, um grupo de artilharia antiaérea e um batalhão de infantaria mecanizado (seja por criação ou transformação). É o mínimo, capaz de permitir uma pronta resposta a possíveis ameaças sobre a nossa fronteira norte ■

POR QUE UMA SECRETARIA DA FAMÍLIA?

Angela Vidal Gandra da Silva Martins

Secretária Nacional da Família e doutora em
Filosofia do Direito pela Universidade Federal do
Rio Grande do Sul

at@gandramartins.adv.br

Pela primeira vez no Brasil, o governo disponibiliza um serviço especial concentrado na família, já existente em países como Alemanha, Canadá, Austrália e Coreia do Sul.

O convite recebido pela ministra Damares Alves – que, de certa forma, encarna a alteridade – para ocupar o cargo de secretária da Família no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, fez-me refletir especialmente sobre essa nova vertente pública e acerca de seu profundo papel, pensando no que pode significar esse trabalho em equipe para a conformação de uma ordem social justa, harmônica e realizada, em que o bem individual reflete no bem da polis e vice-versa.

O projeto apresenta-se fascinante no sentido de ancorar-se na primeira comunidade, na qual o futuro cidadão pode firmar-se e fortalecer sua noção de co-pertença.

Edificar uma sociedade à margem da família seria realmente um contrasenso, pois esta é o alicerce inicial do processo de desenvolvimento pessoal, capaz de tornar um ser humano seguro de si. Por outro lado, a família é o agente educativo de maior impacto social, já que se constitui no berço da ética individual e das relações pessoais, em

que o respeito pelo outro se enraíza e a dignidade da pessoa se torna efetivamente normativa.

Muitos podem se perguntar se pensar sobre a família, a partir do governo, não significaria uma intromissão na esfera privada. Se esta fosse a perspectiva, provavelmente o plano seria contrário à liberdade. A proposta, porém, é diametralmente oposta. O foco na família significa oferecer as bases para que a família possa se consolidar internamente, sem que políticas públicas orientem suas decisões de forma pragmática e, na maioria das vezes, paternalista e ineficiente.

Por outro lado, visando ao florescimento humano e ao consequente desenvolvimento social e econômico integral, a Secretaria da Família investirá no núcleo familiar, não de forma utilitarista, mas apostando em sua capacidade de autogestão rumo ao bem comum.

De fato, é ostensiva a relação entre equilíbrio familiar e produtividade. Nesse sentido, é interessante a comparação histórica com o início da implementação da teoria marxista – avessa à família como fundamento da propriedade privada – e seu retorno à instituição, já que a instabilidade afetiva dificultava o rendimento laboral. Dessa forma, a tese,

embasada também por Wilhelm Reich, foi revisitada e mitigada.

Os grandes temas da Secretaria da Família serão, portanto, a projeção social e econômica da família, o equilíbrio trabalho-família e a solidariedade intergeracional. Para poder encontrar soluções eficazes, contaremos com um observatório de estudos, pesquisas e avaliações para que o levantamento de dados possa sustentar as ações com base em evidências e, assim, capacitar-nos adequadamente para corresponder às expectativas da família brasileira. Nesse sentido, esse órgão oferecerá ainda informações básicas para que a família possa tomar decisões reflexivas a partir de sua autonomia.

A Secretaria da Família constitui, de fato, uma estrutura inédita no Brasil, projetada a investir no essencial, já que muitos problemas sociais podem ser evitados com o devido protagonismo da família, desde o preconceito à violência, passando pelos desequilíbrios afetivos, que, em muitos casos, fundamentam o recurso a drogas e outros subterfúgios.

Dessa forma, a mudança esperada pelos brasileiros, ainda que não imediata, será efetivamente sustentável pela solidez de uma saudável infraestrutura familiar ■



A DERROTA DAS

Conheço muita gente que tem carteira de identidade, carteira do trabalho, título eleitoral, passaporte, mas não sabe quem é. Embora os documentos informem que o sujeito é cidadão brasileiro, ele não tem a menor ideia do que isso significa. Aliás, parcela de nossa população dá sinais de se ver como um mamão, que aparece do nada, grudado a um pé de planta, o mamoeiro Brasil, no qual se nutre até, um dia, cair do pé. Raros são os que se percebem dentro de uma linha histórica. E esta linha, como regra quase geral, se e quando apresentada, o é de modo a merecer nenhuma estima. Até bem recentemente, ser brasileiro não era algo que infundisse sentimentos positivos.

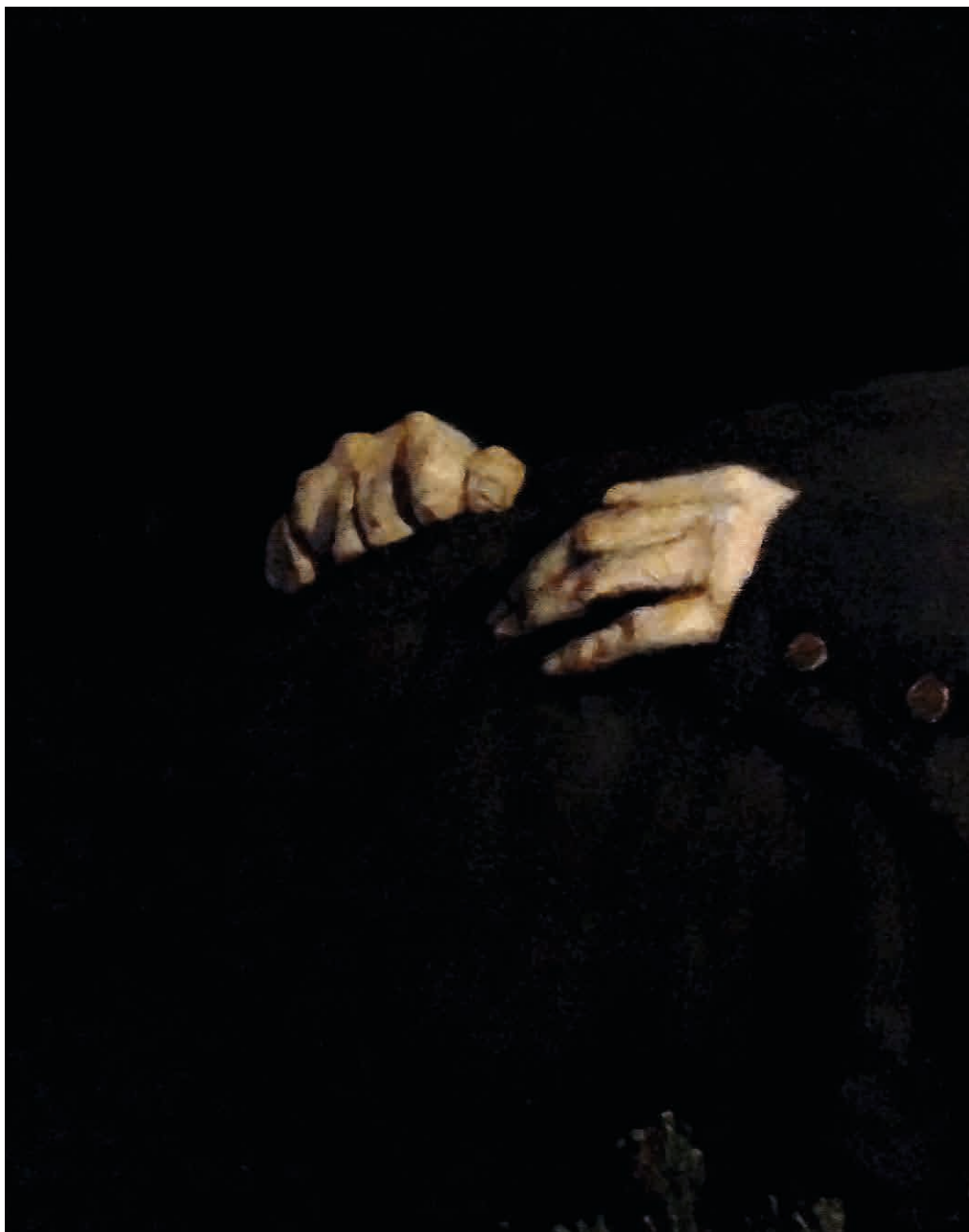
Apesar de nos meus tempos de colégio haver estudado História como se come bergamota, um gomo depois de outro – História do Brasil, História Geral, História do Rio Grande – sempre me interessei pela bergamota inteira. Os pontos de contato habitualmente mencionados eram sempre três e apenas três: Tomada de Constantinopla originando as Grandes Navegações, União Ibérica produzindo as encrencas no Prata, Guerras Napoleônicas determinando a vinda da Família Real. Estes eventos, porém, são apresentados como meras relações de causa e efeito e nada dizem sobre o que realmente importa. Quando empreendemos a busca de nossas raízes, vamos realmente longe, voamos realmente alto e não há como não valorizarmos nosso passado e herança cultural e civilizacional: idioma, fé e integração ao Ocidente.

O idioma que falamos é importantíssimo patrimônio cultural, fator de unidade e de identidade. Muita coisa aconteceu na História para que o latim vulgar chegasse à Lusitânia romana e se tornasse o idioma que aprendemos da voz dos nossos pais. Com efeito, foram as Guerras Púnicas e

a derrota final de Cartago em 146 a. C. que consolidaram o domínio romano no Mediterrâneo, a conquista da Ibéria e, nela, o surgimento da pequena província romana chamada Lusitânia. Ora, sem a presença dos romanos, talvez o povo da região falasse o idioma púnico dos cartagineses, ou o germânico dos suevos, ou o gótico dos visigodos que incorporaram, em 585 d.C., a região da Galícia e Portugal. Essa história é nossa história.

A religião, por sua vez, é parte in-

tegrante da cultura de todos os povos, sem exceção. Não há povo sem religião. Entremeadado com a História, o cristianismo está na essência de nossa cultura. A Península Ibérica, onde estão cravadas as raízes da nacionalidade brasileira somente se tornou católica em virtude de episódios decisivos ocorridos no final do 6º século. Fatos e feitos marcantes, conduzidos pelo Senhor da História, aconteceram para que a cruz assinalasse o velame das caravelas portuguesas que chegaram ao Brasil nove



BANDEIRAS VERMELHAS

séculos depois. Foi o martírio de São Hermenegildo por determinação do próprio pai, o rei visigodo Leovigildo, que converteu seu irmão e futuro rei Recaredo, levando-o a convocar o III Concílio de Toledo (589) e dando início à longa História da Espanha católica e visigótica. Também essa história é indissociavelmente nossa.

Naquela extremidade do continente europeu nasceria Portugal quando Afonso VI de Leão e Castela presenteou seu genro, o conde Henrique de Borgonha, com o

condado onde seu filho, Afonso Henriques, viria a se proclamar rei. Expulsou os mouros, defendeu suas fronteiras dos vizinhos e obteve reconhecimento pontifício da independência em 1179. Nos três séculos seguintes, o pequeno Portugal disputaria com a Espanha o primado entre as nações daquele tempo, andaria por mares nunca dantes navegados e ampliaria o mapa mundi levando a fé e o império. O Brasil foi parte dessa epopeia narrada por Camões.

Como entender que herdeiros de

uma História tão rica e tão nossa possam conviver com esse complexo de cachorro vira-latas, no dizer de Nelson Rodrigues? Onde esse sentimento que, a muitos, faz rastejar culpas e remorsos, rumo a um estuário de vilanias e maldições?

Há em nossa História, como na de qualquer povo, cantos escuros, páginas tristes, fatos reprováveis. Modernamente, muitas nações estão expostas ao mesmo revisionismo, às mesmas árduas penitências e remordimentos que servem às novas versões da luta de classe marxista. De todas essas nações, porém, nos chegam, também e principalmente, lições de orgulho nacional, de culto a seus grandes vultos e feitos, de cidades adornadas com monumentos a eles erguidos como reverência de sucessivas gerações.

Nós, brasileiros, somos herdeiros da mais elevada civilização que a Humanidade produziu. No entanto... Onde estão nossos monumentos a Bonifácio, Mauá, Caxias, Nabuco, Patrocínio, Pedro II, Isabel, Rio Branco, Rui? Quantos brasileiros conseguiriam escrever cinco linhas sobre qualquer deles? O que estou a narrar começou com a mal conduzida propaganda republicana anterior e posterior à Proclamação, no intuito de romper nossas raízes europeias.

Nada, porém, agravou tanto essa dificuldade nacional quanto a História ensinada em sala de aula como pauta política, que vem fazendo dos conflitos sociais o próprio oxigênio sem o qual não consegue respirar.

Se não vemos dignidade em nossa História, dificilmente a veremos em nós e muito mais dificilmente a veremos nos demais. Se não temos raízes, se elas são rompidas, tombamos ao menor impacto. Parte importante da mudança política ocorrida no ano passado é o reencontro do povo brasileiro com o amor ao Brasil. Verde e amarelo, ele representa a derrota das amargas bandeiras vermelhas ■



TRANSPORTE INTERMODAL DOMÉSTICO DE PASSAGEIROS UMA SOLUÇÃO

Sérgio Leal da Costa

Cel Int

Professor convidado do curso de Engenharia de Produção da UFRJ. Bacharel em Direito e Estatística, Mestre e doutor em Engenharia de Produção - COPPE/UFRJ

sergiolealcosta@yahoo.com.br

A Logística, ciência que trata da “Previsão e da Provisão” de bens e serviços, tem despertado especial interesse nas áreas pública e privada. Até então, o desenvolvimento desta “ciência” estava restrito à área militar.

A presteza na obtenção e na disponibilização dos referidos bens e serviços certamente chamou a atenção dos responsáveis pelas funções logísticas e

suas atividades, que vão da determinação de necessidades à distribuição (disponibilização).

Basta recordar que os Romanos, em suas incursões na Europa e Norte da África, já elaboravam o planejamento das necessidades de suas legiões, inclusive do transporte, com vistas às campanhas bélicas que empreenderam. O termo Logística era tratado por “*Logisticus*”.

Ainda como exemplo, podemos citar a campanha da Normandia, quando foram disponibilizados suprimentos, cuja relação era de 26 toneladas por combatente.

Aproveitando a oportunidade, julgou-se pertinente ilustrar o tema com a apresentação do “Fluxo Logístico de Suprimento”, *Figura 1*, a fim de que se possa identificar as funções que participam desse fluxo.

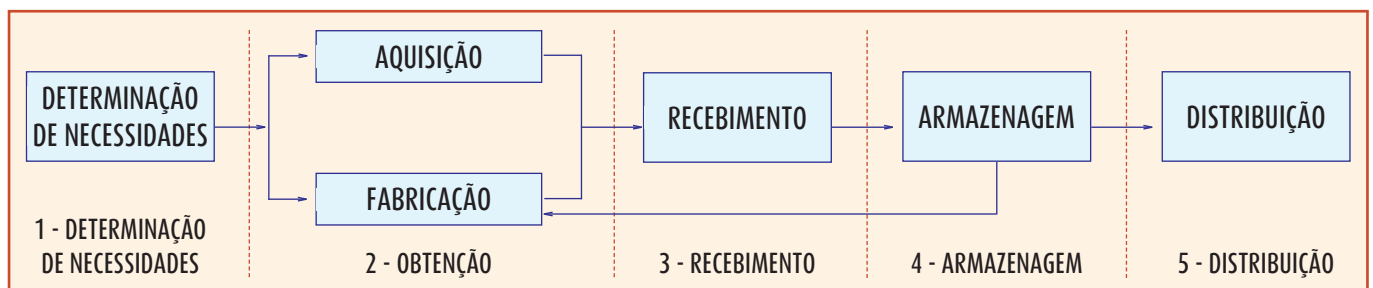


Figura 1: Fluxo Logístico de Suprimento



Considerando o recente contato das áreas pública e privada com a “cultura logística”, é compreensível que a função distribuição (disponibilização) e suas atividades venham prendendo a atenção dos interessados.

Realmente, as atividades logísticas relacionadas a tal função (distribuição) afloram, em primeira instância, como se tivessem importância máxima, o que não é verdade.

Entretanto a disponibilização de bens e serviços assume papel extremamente relevante para os destinatários (usuários).

É possível citar o exemplo da montadora de veículos Toyota, que instituiu a “filosofia *just-in-time*” em suas linhas, posto que estas dependem da presteza

no atendimento às suas necessidades de autopeças.

A partir deste ponto, concentraremos nossa exposição na função distribuição, cujo planejamento destina-se:

- À seleção do modal (terrestre/aquático/aéreo) que mais se adequa ao transporte de cargas e pessoas;

- À escolha do veículo, no qual serão acomodadas tais cargas e pessoas, investigando, inclusive, a produtividade de tal veículo ($P = \text{Ton.} \times \text{Km/H}$), relacionada à sua capacidade de transporte e;

- Ao estudo das vias, através das quais serão feitos os deslocamentos.

As considerações iniciais não serão prolongadas, mesmo que julgadas oportunas para difusão da “cultura logística”, posto que o objetivo neste

artigo é a apresentação de uma solução para o transporte intermodal doméstico de passageiros.

Tal solução foi concebida em 2007 e, proposta com detalhes, após exaustivas análises, em Tese de Doutorado, do Autor, em Engenharia de Produção, na COPPE/UFRJ, em 2012.

INFLUÊNCIAS SOBRE O ACESSO A UM AEROPORTO

O fator tempo guarda íntima relação com o transporte aéreo de passageiros.

As frequências de voos são previamente programadas e há absoluta necessidade de cumprimento dos horários pré-fixados para os mesmos, os quais não oferecem tolerância aos usuários.

Portanto, o atendimento aos horários dos voos depende, essencialmente, das condições de acesso aos aeroportos, os quais, via de regra, se situam em locais afastados dos centros urbanos.

O crescimento urbano desordenado, principalmente quando há aumento considerável da densidade demográfica, culmina por causar congestionamento das vias de acesso aos aeroportos.

A situação se agrava quando há concentração populacional em suas adjacências (dos aeroportos), e em razão de a expansão urbana não ocorrer de forma planejada.

Os aspectos abordados neste tópico refletem as dificuldades, ora enfrentadas, no acesso ao Aeroporto Internacional do Galeão, cujas soluções não têm se mostrado nem eficientes, nem eficazes, com a sobrecarga verificada no aeroporto central, ou seja, o Santos-Dumont.

VOOS DOMÉSTICOS – PREFERÊNCIA PELO AEROPORTO SANTOS-DUMONT

Diante das dificuldades de acesso ao Aeroporto Internacional do Galeão (AIRJ), os usuários de voos domésticos têm optado pelo embarque no aeroporto central do Rio de Janeiro, no caso, o Aeroporto Santos-Dumont.

Sabe-se que o acesso de usuários ao AIRJ é feito exclusivamente por via terrestre. Tais vias atingiram seus pontos de saturação, principalmente nos horários de “pico”.

Na conjuntura atual, a segurança no traslado de passageiros também se acha comprometida, posto que o deslocamento se dá através de comunidades conflagradas.

Por outro lado, o Aeroporto Santos-Dumont caminha para o ponto de saturação e, em determinados momentos já se verificam filas de aeronaves para decolagem.

Acrescente-se que os recursos operacionais do AIRJ oferecem maior

segurança aos pousos e decolagens, além de o AIRJ constituir-se em alternativa para os casos de inoperância do Santos-Dumont.

Diante de tais aspectos, temos convicção de que um acesso mais rápido, seguro e confortável poderá justificar o deslocamento de passageiros de voos domésticos, para embarque no AIRJ, considerando-se, inclusive, sua subutilização, devidamente comprovada diante das projeções elaboradas.

INCREMENTO NO TRÁFEGO DE PASSAGEIROS NO AIRJ – CONDIÇÕES FAVORÁVEIS

Além das condições operacionais do aeródromo, altamente favoráveis, o AIRJ conta com pistas de grandes dimensões e que permitem pousos e decolagens de aeronaves de grande porte e maior capacidade de passageiros.

O AIRJ acha-se ocioso, posto que sua capacidade é prevista para até 37 milhões de passageiros/ano e, há previsão de que o tráfego de passageiros atinja 20,5 milhões, em 2020.

O aeródromo comporta 42 pousos e decolagens/hora e sua utilização está muito longe disso.

Julga-se oportuno lembrar que somente o terminal 2 está em operação e tem atendido passageiros de voos internacionais e domésticos.

INTEGRAÇÃO INTERMODAL

Conforme abordado anteriormente, o acesso de usuários do AIRJ tem sido feito através de vias terrestres, as quais atingem seus pontos de saturação, principalmente nos horários de “pico”, quando não interditadas em razão de obras, acidentes ou outros motivos.

Portanto, os passageiros não têm garantia de atendimento aos horários de voos no AIRJ, em especial dos voos domésticos, utilizados em bom número por passageiros que se deslocam ao Rio de Janeiro a serviço e dependem de breve retorno aos locais de origem.

Diante das razões expostas, das opções atualmente disponíveis para acesso ao AIRJ, todas alicerçadas em transporte terrestre, cujas condições e trajetos nem sempre são compatíveis com o perfil dos usuários do transporte aéreo, foi concebida solução inovadora, a qual contempla o transporte intermodal, ou seja, a integração das modalidades terrestre e marítima.

Para o trajeto marítimo poderão ser aproveitados os terminais existentes na Praça XV e na Praia de São Bento, na Ilha do Governador (Galeão).

Alternativamente ao terminal da Praça XV, poderá ser construído, a baixo custo, um pequeno “píer” ou plataforma flutuante na cabeceira da pista do Aeroporto Santos-Dumont.

Figura 2: Catamarã Seletivo



Dados técnicos do Catamarã Seletivo
Capacidade: 237,310 ou 430 passageiros
Linha em operação: Pça XV/Charitas (Niterói)
Velocidade média: 22 nós (40 km /h)
Tempo de viagem (Pça XV/Galeão): 15 min
Material de construção: Alumínio
Calado: 1,52 m

Profundidade na atracação: 2,50 m
Potência do(s) motor(s): 1.050 kw cada
Combustível: Óleo diesel marítimo
Consumo: 20 litros por milha navegada
Distância estimada entre Praça XV/Galeão: 7,5 milhas náuticas (14 km)
Fonte: Barcas S.A.

O terminal marítimo da Praia de São Bento (Galeão) já existe e poderá exigir algumas adaptações, inclusive ponto de embarque de passageiros em veículo terrestre articulado, tipo BRT. Segundo a Cia. Barcas S.A. seria necessária dragagem de apenas 70 m³ de areia para atracação do veículo marítimo.

O veículo marítimo a ser considerado poderá ser o “Catamarã Seletivo”, embarcação já utilizada em algumas linhas em funcionamento na Baía de Guanabara, com capacidade para até 300 passageiros.

Será necessária coordenação entre as companhias aéreas e a operadoras dos veículos marítimos e terrestres, podendo os valores dos deslocamentos integrarem os das passagens aéreas, como pode ser visto na *Figura 2*.

A alternativa intermodal ajudaria a melhorar o trânsito de pessoas na cidade como um todo, pois não atenderia somente aos passageiros aeroviários. Poderia atender também a outras demandas de transporte na cidade, que é extremamente dependente do sistema rodoviário e que enfrenta problemas diários de congestionamentos, segurança e alto custo.

Além disso, o Laboratório H2 da COPPE/UFRJ tem estudado uma versão elétrica para os catamarãs, que poderiam ser utilizados nessas mesmas rotas cita-

das. Neste caso, seria uma saída não só para problemas de congestionamentos e segurança, como também para a forte dependência de combustíveis como o diesel e gasolina. A *Figura 3* apresenta a versão elétrica do catamarã.

Na greve de caminhoneiros, que ocorreu recentemente, percebeu-se o quão refém a população brasileira e consequentemente, a carioca, está de combustíveis para o setor de transporte. O país enfrentou problemas como acesso de colaboradores das empresas ao trabalho, os alimentos não chegavam aos supermercados, o desequilíbrio dos preços, ou seja, em poucos dias o país e a cidade do Rio de Janeiro enfrentaram situações de caos. Ao considerar esta alternativa de transporte intermodal com catamarãs elétricos, a cidade estaria dando um novo passo na direção de reduzir a dependência dos combustíveis, além de propor um modelo mais sustentável para o transporte como um todo na cidade do Rio de Janeiro

CONTEMPLANDO O MEIO-AMBIENTE

Consideremos que o tráfego de passageiros no AIRJ atinja o total de 20 milhões de passageiros/ano e que estes, segundo levantamentos feitos pela INFRAERO, demandem 10 milhões de viagens, somente de táxis.

Diante de tal monta foram desenvolvidos cálculos que nos permitem estimar as quantidades de CO₂ lançado na atmosfera e o que ocorreria para os diversos níveis de substituição de viagens de táxi pelas viagens de Catamarã.

Há que se considerar que, embora o diesel marítimo utilizado pelo Catamarãs seja mais poluente que o gás natural utilizado pelos táxis, se somente o Catamarã for utilizado, 74 mil toneladas de CO₂ deixariam de ser lançadas na atmosfera, a cada ano.

Além disso, no caso da utilização das balsas elétricas como alternativa de veículo marítimo, considerando o motor puramente elétrico, as emissões de CO₂ relacionadas ao funcionamento da embarcação poderiam ser reduzidas a quase zero.

CONCLUSÃO

Concluimos, pois, que a Logística em nosso país está a demandar soluções simples e inovadoras, em todas as suas funções e atividades, com a urgente melhoria de nossa infraestrutura, disponibilizando, para a sociedade, condições mais avançadas de vida e em estrito respeito ao meio-ambiente.

Enfim, há que se visar ao fortalecimento de todas as expressões do poder nacional – psicossocial, econômica, política, defesa e ciência e tecnologia ■

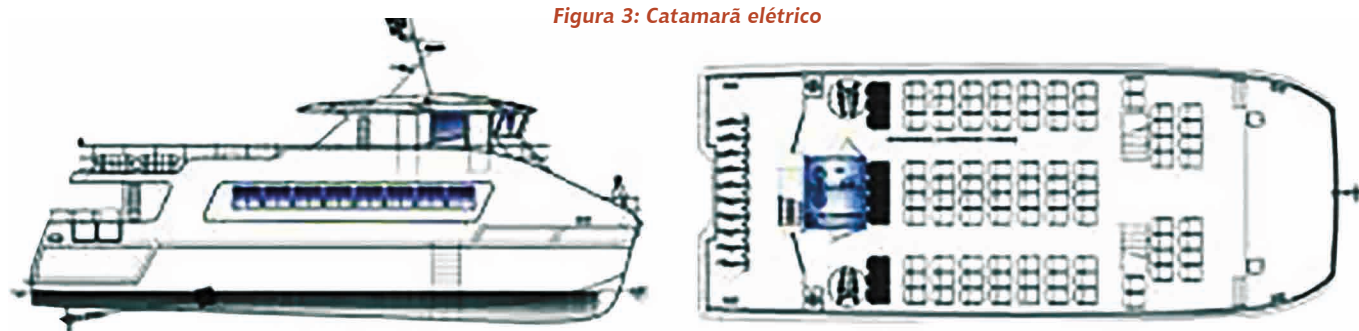


Figura 3: Catamarã elétrico

Dados Técnicos do Catamarã elétrico

Propulsão é feita com motores elétricos

Sistema de armazenamento de energia é conectável à rede elétrica portuária para recarga

Capacidade de 100 passageiros e 2 tripulantes

Possui ar condicionado e bicicletário

Velocidades de operação entre 12 e 18 nós.

Fonte: Tracel, 2018

A ESCOLA DE COMANDO E

Ives Gandra da Silva Martins

Jurista

Advogado e professor emérito da Universidade Mackenzie,
da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra.

igm@gandramartins.adv.br

Uma democracia sem defesa fica à mercê de salvadores da pátria e de ditadores potenciais

A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme) criou, desde 1989, um ano após a promulgação da atual Constituição, programa intitulado Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), para aperfeiçoamento de coronéis. Quando da sua criação, na linha da Constituição democrática aprovada em 5 de outubro do ano anterior, a intenção foi escolher coronéis que pudessem ser nomeados generais ao fim do curso, fazendo-os passar um ano na escola situada na Praia Vermelha estudando questões de natureza constitucional, econômica, social e política, com professores universitários, especialistas e autoridades dos Três Poderes.

Comecei a lecionar na Eceme em 1990 e este ano completei 30 anos, proferindo palestras no CPEAEx e transmitindo a seus participantes conhecimentos na área de minha titulação acadêmica (Direito Constitucional), embora não poucas vezes discutindo as grandes questões econômicas, sociais e políticas.

A maioria dos generais veio do CPEAEx, muito embora possam alguns deles ter cursado idêntico programa na Escola de Guerra Naval ou na Escola da Aeronáutica, visto que na Eceme todo o ano recebemos um capitão de mar e guerra (Marinha) e um coronel da Aeronáutica, o mesmo ocorrendo com as duas escolas das outras Armas (Guerra Naval e Aeronáutica), que recebem um coronel do Exército.

Um dos aspectos mais relevantes desse curso – em que os coronéis passam a conhecer em profundidade os grandes

desafios do País, internos e externos, e a debatê-los – é a plena consciência que todos eles têm de que o Exército é uma instituição do Estado a serviço do povo e da Constituição. Minha experiência é de que servem à democracia, no interesse da Nação, sem nenhum viés ideológico, pois distinguem o que são as correntes políticas, com seu necessário conteúdo ideológico, do que possam ser as funções próprias de um Estado organizado de Direito, ou seja, uma democracia. Sabem que são uma instituição do Estado, mais que do governo, a serviço não desta ou daquela ideologia, mas a serviço da Constituição e da democracia.

Não sem razão o artigo 142 da Lei Suprema – assim redigido: *“As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”* – dá às instituições armadas as funções de defesa da Pátria, de garantir os Poderes constitucionais e de reposição da lei e da ordem, se solicitação houver de qualquer dos três Poderes.

Percebe-se que o constituinte, sabiamente, ao hospedar o *Estado Democrático de Direito* com seus fundamentos no artigo 1º da Carta da República, e alicerçá-lo na *harmonia e independência* dos Poderes no artigo 2º, outorgou às Forças Armadas



as tarefas de garantir, de um lado, a democracia, em eventual crise, e de repor a lei e a ordem em eventual conflito entre os Poderes.

À evidência, a defesa da Pátria – o vocábulo aparece com toda a sua densidade ôntica na Carta da República ao tratar das Forças Armadas – contra o inimigo externo é sua principal função. Tanto é que o Título V da Constituição tem por denominação *Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas*, cuidando dos mecanismos para superação de crises (estado de defesa e estado de sítio) e das instituições para garantirem a democracia (Forças Armadas e forças de segurança pública).

Aricê Amaral Santos denominava esse título de “direito constitucional das crises”, pois uma democracia sem defesa

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO



fica à mercê de salvadores da pátria e de ditadores potenciais, como se pode ver atualmente na Venezuela, onde sua Constituição, que garante a democracia e os direitos individuais, não tem mecanismos e salvaguardas contra a ditadura.

Percebe-se, portanto, que a mais democrática Constituição do Brasil, amplamente discutida por constituintes e pela sociedade – nos primeiros meses, os constituintes apenas ouviram professores universitários, líderes empresariais e sindicais, além de especialistas sobre os temas escolhidos para integrarem a Carta Maior –, outorgou às Forças Armadas o supremo papel de garantir as instituições e *repor a lei e a ordem*, a pedido de qualquer dos Poderes, se forem tisonados em conflito não democrático.

Foi esse o espírito que levou à criação do CPEAEx, para os coronéis de cujas turmas sairão promoções a general de brigada, não só porque, de um lado, têm a oportunidade de obter mais elementos para compreender a conjuntura nacional e internacional, como, de outro, por serem servidores permanentes da Carta Magna.

Esse perfil das Forças Armadas – nos dias atuais, de pouco conhecimento da população e da imprensa – corresponde à realidade nacional, tendo eu a plena convicção, como velho advogado e professor de Direito, de que, sendo as guardiãs da democracia e da Constituição, estão, cultural e moralmente, preparadas para o exercício de sua relevantíssima função, a fim de que os Poderes políticos, escolhidos

pelo povo (Legislativo e Executivo), e o Poder técnico, escolhido em concurso ou nos termos da Lei Suprema (Judiciário), tenham plena garantia de que suas funções serão constitucionalmente protegidas, para o bem da democracia brasileira.

Quando Ulysses Guimarães, num arroubo pouco técnico, mas impregnado da real vontade popular, declarou que a Constituição brasileira era uma “Constituição cidadã”, desenhou o verdadeiro panorama da atual República, que, nada obstante as crises por que passou, fundamentada está num texto, muitas vezes criticado por sua adiposidade e constante necessidade de reajustes, mas não no que diz respeito à estabilidade das instituições e à garantia dos direitos individuais ■



PROEZAS DO SA-16 ALBATROZ

Ten Brig Ar Masao Kawanami

maskaw@hotmail.com

COM O CAP AV SÍLVIO ROMERO

Era um fim de tarde em Cumbica, em meados do ano de 1959. O expediente no 2º/10º GAv já havia terminado. O oficial de operações, através da sala de tráfego da Base, informa o 2º/10º GAv que o SALVAER-SP está acionando o SAR para uma Missão de Misericórdia (MMI) em Ourinhos (SP). Missão já devidamente autorizada pelo comando da então Quarta Zona Aérea e ciência do comandante da Base Aérea de São Paulo. Tratava-se do transporte de uma senhora de Ourinhos para Congonhas (SP), com problema cardíaco, com destino ao Hospital das Clínicas.

A tripulação de sobreaviso é imediatamente acionada, da qual eu, casualmente, naquele dia, fazia parte. Reunida a tripulação, após rápido brifim, damos início ao cumprimento da missão: embarque, partida nos motores, rolagem para a pista em uso e decolagem. Fiquei na pilotagem como 1º Piloto, e o Cap Av Sílvio Monteiro, comandante da equipagem, como 2º Piloto, ficou em contato com a torre, e, depois, com o Controle São Paulo, recebendo as instruções de voo e os detalhes da missão.

Chegada noturna em Ourinhos. Identificamos a cidade e a localização do aeródromo com a emissora de rádio local, o que foi facilitado pela movimentação dos carros e o balizamento de emergência feito com faróis de carros ao longo da pista, fazendo ângulo de 30° a 45°, com o sentido de pouso dos dois lados da pista de terra.

Estacionamos no pátio e embarcamos a paciente e decolamos para São Paulo. Aproximadamente 20 minutos fora de Congonhas, o Controle São Paulo mandou seguir para Cumbica, Guarulhos, porque Congonhas havia fechado com nevoeiro de superfície. Ao chegarmos em Cumbica, a torre informou que o aeródromo também fechara. O Cap Monteiro mandou reportar que iríamos fazer um procedimento tentativa. Iniciamos o procedimento a 5.000 pés, conforme a CAI para pista 09, com vento calmo/nulo. O Cap Sílvio Monteiro disse para eu não acender os faróis e avisar quando cruzássemos a cabeceira. O nevoeiro era ralo e pouco espesso. Após o ponto crítico, ele baixou a altura, seguiu as luzes de direção da pista e, no que cruzou a cabeceira, deu todo o flap, completando

o pouso. É um pouso rápido, semelhante ao usado em missões de assalto.

Como não se via a torre, reporteí o pouso, e a torre retornou: – Confirme se na pista. – Afirmativo – respondi, fazendo 180°. A torre orientou estacionar no pátio das autoridades, onde a ambulância já estava aguardando. Como de hábito, em situações especiais, o comandante da Base acompanhava o voo, e foi ele, o então Cel Av Faria Lima, quem chamou a aeronave para estacionar. Era uma figura humana rara, principalmente para os dias de hoje. A paciente chegou a tempo no Hospital das Clínicas.

POUSO N'ÁGUA POR INSTRUMENTOS

Quando a superfície das águas dos rios e lagos se apresenta calma e lisa, num dia sem vento, fica totalmente espelhada, com a imagem das nuvens refletidas. Nessas condições, perde-se completamente a noção de profundidade, o que não dá qualquer condição de pouso visual n'água com uma aeronave anfíbia ou hidro, podendo provocar acidentes até com pouso com paraquedas individuais.



Para essas circunstâncias, a única alternativa segura para pouso é realizá-lo inteiramente em condições de voo por instrumentos: 1) Fazemos um voo a 500 pés de altura com radioaltímetro para verificação da área escolhida e outro sobrevoo a 150 pés, para verificação da presença de tocos e outros objetos flutuantes; 2) Fazemos uma tomada de pouso, também com 15° de flap e 120 nós de velocidade; 3) Inicia-se a final para pouso com 100 nós e 200 pés de descida no climb; 4) O 2P fica atento olhando para fora e também na pilotagem; é preciso ter atenção quando o radioaltímetro indicar abaixo de 50 pés e o climb subir para zero, a fim de reduzir uma a duas polegadas de compressão da potência do motor, segurando o nariz acima do horizonte; 5) Nesse instante, a aeronave pousará, deslizando sobre a água no segundo degrau do casco. O importante é que as asas estejam niveladas até o fim, e com o nariz alto e o motor reduzido termina-se o pouso, com o manche colado ao peito. Segue-se a descrição feita pelo Brig Ar Eugênio, do pouso n'água noturno dos então Cap

Av Kauffmann e Ten Av Eugênio, no Rio Guamá, em Belém do Pará:

No dia 9 de fevereiro de 1960, decolamos de Belém para uma missão de instrução de navegação radar noturna, no trecho BE/SL (Belém do Pará/São Luís do Maranhão), sem pouso em São Luís. A tripulação era composta pelo Cap Kauffmann (Instrutor) e pelos tenentes Eugênio e Lyra (Alunos). A viagem transcorreu sem incidentes até o pouso em Belém, quando ao comandar o trem de pouso o mesmo não funcionou, permanecendo travado em cima, deixando-nos a opção de pousarmos no Rio Guamá. A região do Rio Guamá, nas proximidades da Base Aérea e do Distrito Naval era, àquela hora da noite (meia-noite) muito movimentada por pequenos barcos que abasteciam o mercado do Ver o Peso. Em consequência, tornou-se necessário acionar o Distrito Naval para que com seus meios desimpedisse a área e possibilitasse o pouso noturno por instrumentos (três horas da madrugada), o que foi feito sem problemas, pois um dos pousos mais treinados pelos pilotos do esquadrão era o pouso n'água sob capota.

A lição a ser retirada dessa ocorrência foi a validação da instrução que o esquadrão, desde o início, sempre destacou para a formação dos pilotos de Busca e Salvamento no avião SA-16.

COM O TEN AV BOANERGES

Em uma manhã clara, por volta das 9h30 local, levando uma equipe do DNERu para DDTização de um vilarejo às margens da foz do Rio Araguaia, perto de Portel, foi necessário realizar um pouso por instrumentos. Após todos os procedimentos já mencionados anteriormente, os instrumentos indicaram o momento de reduzir uma a duas polegadas de compressão dos motores. O 2P, Ten Av Boanerges, atento, percebeu que eu estava iniciando a redução de potência, e foi me alertar dizendo em voz alta: – Está ALLL... – e o avião deslizou suavemente sobre a água. O Ten Boanerges levou um tremendo susto, e disse: – Ihhh, pousou!

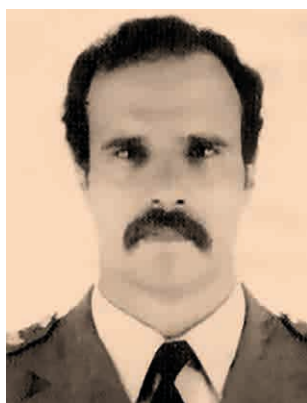
Eu estava aguardando o toque n'água, e não tive qualquer reação. Apenas completei a amerissagem, e ficamos rindo. Isso aconteceu em Araticum (PA), próximo a Portel, em 1962, sem acesso por terra até hoje, 2018 ■

TCHÊ, O PILOTO

Maj Brig Ar Washington

Carlos de C. Machado

wccm@terra.com.br



Conheci Marco Antônio Silveira de Souza, o Tchê, na Escola de Aeronáutica, localizada no tradicional Campo dos Afonsos, berço da Aviação Militar brasileira, na cidade do Rio de Janeiro. Estávamos nos primeiros dias do mês de janeiro de 1965 e integrávamos o primeiro ano do Curso de Formação de

Oficiais Aviadores, que, somado aos colegas que cursaram a Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), os oriundos dos colégios militares e os que vieram do meio civil, como o Tchê e eu, totalizava quase duas centenas de cadetes. Éramos e somos a Turma Agora Vai, cujos princípios de ética, solidariedade e amizade nos mantêm unidos até hoje. Todos nós, além da formação acadêmica exigida, havíamos sido aprovados em rigoroso exame médico (físico e mental) e estávamos aptos a realizar o sonho comum de ser oficiais da Força Aérea Brasileira e pilotos militares.

Decorridos quatro anos letivos, dos quais os dois primeiros dedicados à área acadêmica e formação militar, isto é, sem qualquer experiência de voo, apenas menos da metade de nós recebeu o brevê

de aviador militar, em cerimônia realizada em 31 de maio de 1968. O estressante e desafiador programa de instrução, com uma rígida seleção de pilotos militares, acrescido de razões pessoais de foro íntimo, potencializados pelo frustrante e decepcionante período sem atividade aérea, foram as causas de tamanha desproporção entre sonho e realidade.

Dentre os formandos, uma boa parte, na qual me incluo, fez um grande esforço para ser bem-sucedida. A cada fase da instrução de voo, sobrepunha-se um empenho monumental para atingir as metas estabelecidas, condimentado com estresse, incerteza, angústia e pesadelo. A cada colega que era desligado da instrução de voo, sobrevinha o pensamento de que poderíamos ser os próximos, aterrorizava-nos

a perspectiva do fracasso. Não obstante, uns poucos companheiros enfrentavam os mesmos desafios com muita tranquilidade, sem qualquer demonstração de estresse ou sequer de uma leve preocupação. Voar era uma atividade natural para eles, parecia que haviam nascido já sabendo pilotar.

Dentre esses felizardos, destacava-se o Tchê, gaúcho de Santa Maria, que diziam voava desde quatorze anos. Antes e após cada sessão de instrução de voo, era tratado como igual pelos oficiais aviadores. Discutiam e falavam sobre as manobras aéreas realizadas como se não existissem diferenças entre instrutor e aluno. Ao contrário de mim, transparecia-lhe a certeza do sucesso. Para ele, era como se o avião fosse apenas a continuação de seu corpo, coração e mente. A despeito do seu espetacular talento para o voo, daquele tipo que Deus reserva para poucos, sempre foi uma pessoa simples, alegre e comunicativa. Comedido pela disciplina militar, o seu espírito de gênio do voo libertava-se sempre que estava dentro da nacele de uma aeronave.

Embora não apresentasse discrepância significativa quanto aos seus colegas, no que tange ao comportamento militar e pessoal quando nas atividades de solo, em voo, suas artimanhas lhe custaram muitas punições disciplinares. Estranhamente, diferentemente dos demais colegas, isso não lhe trazia desgostos ou arrependimentos aparentes. O que não suportava era ficar sem voar.

Eu, certa vez, preocupado com a possibilidade de suas manobras virem a causar um acidente grave, como amigo, pedi que fosse mais cauteloso e evitasse colocar em risco constante sua vida e a de outros. A sua resposta expressa muito bem como se sentia dentro de um avião:

– Bah, tchê! Não se preocupe. Avião não foi feito para cair.

Dentre tantas, apenas como exemplo de suas aventuras aéreas, cito duas que presenciei, durante o curto período em servimos juntos no Primeiro Esquadrão de Reconhecimento e Ataque (1º ERA),

na Base Aérea de Canoas, equipado com aeronaves North-American T-6.

Estava o Tenente De Souza (o Tchê) ministrando instrução de voo para um aspirante, a cerca de oito mil pés de altitude e 10 quilômetros de distância da Base, quando a aeronave T-6 apresentou uma pane que reduzia a capacidade de tração da hélice. Em situações como essa, o manual de instrução determinava que o instrutor assumisse prontamente o comando da aeronave. Em lugar disso, ordenou ao aluno:

– Está vendo a Base Aérea?

– Sim. – respondeu ele.

– A aeronave está sob seu comando. Se você conseguir pousar em segurança, está aprovado e já poderá voar solo. Se não conseguir, ambos estaremos mortos. É simples assim.

O Aspirante, ainda com pouca experiência de voo, sem qualquer interferência do Tchê, fez o melhor que pôde, mas não conseguiu posicionar a aeronave na altitude e distância adequadas da cabeceira da pista. O pouso seguro naquela situação era improvável.

– Bah, tchê! Você não passou no teste. Morremos.

Dito isso, assumiu o comando e executou (o que parecia impossível) uma manobra radical, e pousou o T-6 de forma suave e segura. Quando questionado sobre que manobra fora aquela, respondeu com tranquilidade que era uma mistura de *peel off* com *ilmmelman*, criada e batizada por ele de *ilmmenoff*. Para o Tenente De Souza, apenas mais um voo de rotina; para o aluno, uma experiência inesquecível.

De outra feita, estava eu pilotando uma aeronave T-6, na rota entre Florianópolis e Canoas, em condições visuais e a cerca de seis mil pés de altitude, quando avistei outra aeronave T-6 com as cores do 1º ERA, voando a muito baixa altitude sobre o mar. Fiz várias chamadas pelo rádio na frequência do Esquadrão, sem qualquer resposta. Preocupado com uma eventual situação de emergência, aproximei minha aeronave o máximo possível e entrei na

ala da outra. Lá estava ele, sem capacete, com o torso nu e os pés sobre o painel. Balancei as asas da minha aeronave, ele colocou o capacete, e estabelecemos comunicação:

– Tchê, o que está acontecendo?

– Nada, amigo. Está um dia lindo, e estou pegando um pouco de sol.

– Com pés fora dos comandos e tão baixo assim, é muito perigoso. Você pode perder o controle e entrar voando na água.

A resposta foi a de sempre:

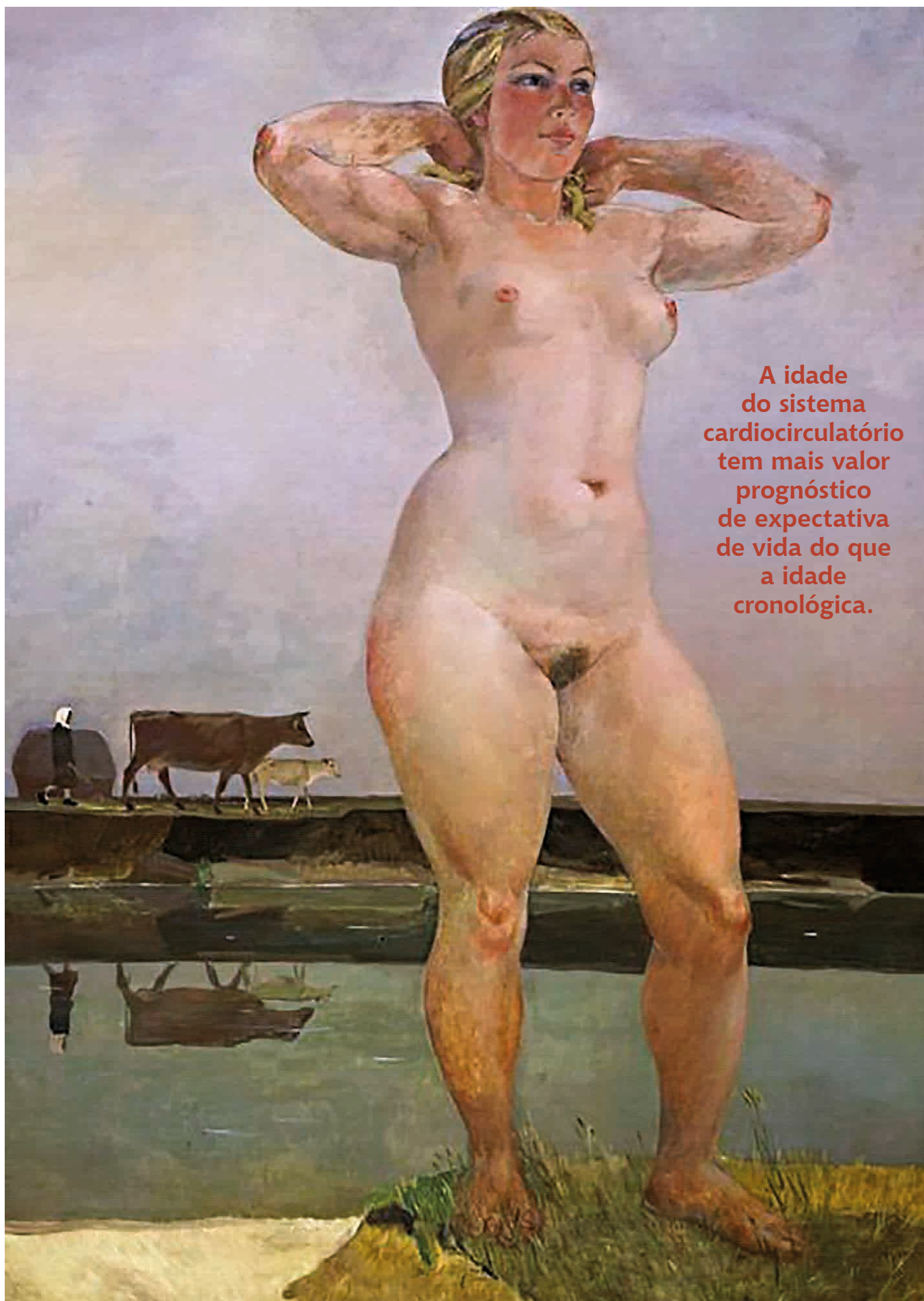
– Você é muito preocupado. Está tudo bem. Fique tranquilo, avião não foi feito para cair.

Acompanhei-o por algum tempo e depois retornei para uma altitude de segurança, e prossegui na minha rota.

Pleno de vitalidade física e mental, o nosso amigo Tchê transbordava felicidade enquanto teve acesso à cabine de pilotagem de um avião militar. A partir de sua transferência para a reserva da Força Aérea, começou a definhar a olhos vistos. Não demonstrava qualquer sinal de satisfação ou, sequer, de adaptação à vida longe dos seus voos mágicos. Finalmente, acometido de uma séria doença mental, passa seus dias em uma instituição especializada, com diagnóstico de condição irreversível. Não obstante, tenho forte pressentimento de que, mais uma vez, está me dizendo para não me preocupar com ele, pois; avião não foi feito para cair. O que faz todo o sentido; mais do que um piloto, ele fazia parte do avião.

Com a certeza que a fé me traz, creio que, a âncora física que o ata ao solo, compensa-a com voos imaginários, entre nuvens e estrelas, realizando as suas mágicas manobras. Com o passar do tempo, sua alma desligou-se totalmente da enfadonha realidade, criou asas e passou a voar por todos os céus do mundo, de dia e de noite. O piloto Tchê voltou a ser o que sempre fora: uma águia rainha dos céus com a motivação e a alegria de um Fernão Capelo Gaivota.

Amigo, nos vemos no Céu dos Aviadores. Até breve! ■



A idade
do sistema
cardiocirculatório
tem mais valor
prognóstico
de expectativa
de vida do que
a idade
cronológica.

ENVELHECIMENTO CARDIOVASCULAR

Ação do tempo sobre o organismo é inexorável. O efeito não é uniforme, no entanto todos sofrem. O sistema cardiocirculatório sofre, apenas pelo envelhecimento, alterações no coração e nos vasos (principalmente as artérias).

No coração, observa-se uma diminuição progressiva e lenta do músculo com substituição por fibrose além de enrijecimento das válvulas. Há também uma reação de hipertrofia do ventrículo esquerdo como consequência da menor elasticidade das artérias.

Nas artérias, destacam-se os vasos maiores (mais elásticos), onde ocorre o endurecimento da camada média, tornando-os menos elásticos e, portanto, mais resistentes (arteriosclerose). Tanto nos vasos mais largos (maiores) como nos mais finos, a camada interna (endotelial-íntima) torna-se menos funcional, facilitando o aparecimento de placas gordurosas (aterosclerose).

Ao exame clínico, como consequência, temos uma elevação da pressão arterial sistólica (máxima) e discreta baixa da pressão arterial diastólica (mínima). E temos também um impacto de pressão elevado nos tecidos periféricos, que leva à chamada Tecidopatia de Pressão de Pulso (principalmente sentida no encéfalo, rins e retina) e que intensifica a disfunção endotelial. Por meio de exames mais sofisticados, observa-se um coração mais rígido com o tempo de sístole (contração) aumentado, e o tempo de diástole (relaxamento) diminuído. Pode-se achar também: disfunção sistólica, disfunção diastólica e até isquemia (má nutrição e oxigenação) do coração, sem maiores obstruções das coronárias. Estas alterações pelo envelhecimento natural do sistema cardiovascular

constituem o chamado *continuum* do envelhecimento cardiovascular.

Entretanto existem condições que podem acelerar e agravar o *continuum*. Dentre estas temos:

– **Hábitos de vida** – Sedentarismo, fumo, etilismo, uso de drogas ilícitas e estresse emocional negativo crônico;

– **Comorbidades** – Obesidade (principalmente intervisceral), diabetes mellitus, hipertensão arterial sistêmica, doenças crônicas (de rins, fígado, pulmões, colagenoses etc.); e

– **Certos medicamentos** – Muitos medicamentos podem acelerar tal *continuum*, porém na indicação do mesmo, deve ser levado em conta o balanço benefício/risco, devendo prevalecer o benefício.

Baseando-se nestes dados, observaremos pessoas com dissociação importante entre a idade cronológica e o estado do sistema cardiocirculatório, tanto para o lado positivo como para o lado negativo. Sendo assim, podemos afirmar que, em termos de expectativa de vida, a idade do sistema cardiocirculatório tem mais valor do que a idade cronológica.

Medidas para melhorar o Continuum do Envelhecimento Cardiovascular

– **Os hábitos de vida**

1. **Atividade Física:** Leve e constante, evitando-se a exaustão e ansiedade da competição. O indivíduo escolherá a atividade que é mais prazerosa. Tentar seguir programas de atividade física enquanto trabalha (Exemplos: usar escadas, evitar cadeiras com rodinhas, colocar interfone/telefone longe da sua mesa, levantar-se para receber e acompanhar visitas;

2. **Tabagismo:** Proibitivo, pois piora muito o envelhecimento;

3. **Drogas ilícitas:** Também proibitivo;

4. **Etilismo:** Deve ser moderado. As doses consideradas benéficas são cervejas (duas latas por 24 horas); whisky (100ml por 24 horas); e vinho (duas taças por 24 horas). O benefício é dado pelos polifenóis, sendo o vinho tinto o mais eficiente. Deve ser lembrado que as doses citadas são por 24 horas, não podendo ser somada a dose da semana para usar no fim de semana; e

5. **Estresse emocional negativo crônico:** Tais como raiva, inveja, aborrecimentos no trabalho, dor, ansiedade, depressão devem ser corretamente abordados e tratados, pois têm efeito prejudicial em relação ao *continuum*. Por outro lado, a ajuda com boas ações, amor e sexo formam o lado positivo, com efeito benéfico.

– **As Comorbidades**

As comorbidades acima referidas terão de ser corretamente tratadas, para que tenhamos melhora no prognóstico do *continuum*.

– **Os medicamentos**

Conforme referido acima, a maioria dos medicamentos tem efeitos colaterais adversos. Sendo assim, somente serão usados quando o balanço benefício/risco pender para benefício.

– **Outras medidas**

Ultimamente tem sido bem caracterizado que tanto a vitamina K2 (Menaquinona K7) como a vitamina D têm efeito benéfico no *continuum*. A vitamina K2 tem ação mais importante que a vitamina D, atuando na carboxilação da MGP (Matrix GLA Protein), que impede a deposição de cálcio na parede arterial.

Esperamos que nosso leitor tenha entendido como atuar no *continuum* do seu envelhecimento cardiovascular, a fim de que consiga melhor expectativa de vida ■

Ten Brig Ar Sergio Pedro Bambini
sergio.p.bambini@gmail.com

PEIXE?

Terminado o meu estágio de aspirante, em Natal, fui classificado no 1º/10º GAv, Esquadrão Poker, em Cumbica. Apresentei-me, pronto para o serviço, no mês de janeiro de 1965. Comigo, três outros companheiros: Ten Longuinho, Ten Rodriguez e Ten Spina.

Nosso Esquadrão era tido como uma Unidade Aérea altamente operacional e ainda ecoavam, em todos os ambientes, missões de grande repercussão e riscos, cumpridas nos últimos anos.

Nosso Comandante, Maj Gerseh,

um filósofo, participara desde o primeiro momento da Revolta de Aragarças e, com a derrota, conhecera dias amargos, em país vizinho, sobrevivendo de umas poucas aulas que conseguia ministrar, até ser anistiado pelo Presidente da República.

Nosso Oficial de Operações, veterano Asa Branca, Cap Garotti, registrava, em sua caderneta de voo, mais de oito mil horas de voo. A nosso ver, uma verdadeira enciclopédia. Em cima de sua mesa, havia um vidro grande dentro do qual estava uma jararaca, conservada em líquido,

álcool talvez, ou formol. Quando um recém-chegado se apresentava a ele, com a voz calma de paulista do interior, dizia que, no Esquadrão, a última cobra que havia era aquela. Os pilotos eram, todos, profissionais competentes. Sem azes, sem *cobras*.

O nosso Operações, pouco tempo depois, foi substituído por outro, o Cap Leuzinger, também, participante, quando tenente, do movimento de Aragarças e, igualmente, anistiado. Este, já o conhecíamos de Barbacena, aonde chegou em 1959.



NUNCA MAIS!

Nosso Esquadrão era diferente. Além de sua Tarefa Operacional – Reconhecimento – por força da época em que vivíamos, meses após a Revolução de 1964, ou pela posição do Comandante e do seu Operações no rol das autoridades exercendo seus comandos, recebia missões as mais diversas, dentro, ou não, da abrangência de sua Tarefa Operacional e de suas Missões típicas.

Foi assim que, no final da tarde do dia 9 de julho de 1965, fui acionado, no Cassino dos Oficiais, onde residia, a fim de compor

uma tripulação para o cumprimento de uma missão recém-recebida e sob o título e sigilo SNM – Segurança Nacional Militar. Era feriado e, pela manhã, participara do desfile aéreo em comemoração ao aniversário da Revolução Constitucionalista de 1932. Um dos feriados mais comemorados em São Paulo.

Fui para o Esquadrão. Logo chegaram os demais membros da tripulação. Comandante da missão, Cap Bresciani; mecânico, 1S Carvalho; e radiotelegrafista, 2S Lozzano. Pasta de navegação e relatório

de voo a bordo, aeronave reabastecida com 5.501 litros de gasolina 100 octanas, proporcionando confortáveis nove horas de autonomia. Inspeção externa feita. A aeronave, o RB-25J 5095.

No briefing, o Cap Bresciani disse, entre as instruções normais e rotineiras para uma viagem, que cumpríamos uma missão confidencial em proveito governamental. Nosso destino, Boa Vista, no Território de Roraima. O voo seria direto, com escalas para reabastecimento em Brasília e em Manaus. Em Boa Vista, receberíamos do Governador nossa missão e a cumpríamos já regressando.

Com o Cap Bresciani me acompanhando, fiz o Plano de Voo, na Sala de Tráfego, situada à época sob a Torre de Controle. Eu ainda não podia assinar o documento, posto que meu Cartão de Voo por Instrumentos possuía uma faixa vermelha, de cima a baixo, em diagonal, e sobre ela, a palavra *Restrito*. Já não faltavam muitas horas de voo para eu retirar a restrição.

Guarnecemos e decolamos para Brasília. No horário *Zulu*, já era dia 10. Chegamos, sem problemas, após três horas exatas de voo noturno. Enquanto o avião era reabastecido, fomos ao banheiro e fizemos novo Plano de Voo diretamente para Manaus. Um voo longo e sem apoio. Após a decolagem, o silêncio enchia o ambiente. O tempo bom e a escuridão da noite faziam do voo um momento maravilhoso. As estrelas, no céu noturno da Amazônia, são muito mais brilhantes e parecem estar logo ali, pertinho. Um espetáculo!

Os 14 pequenos tubos de escapamento de cada motor do B-25, um para cada cilindro, produziam um espetáculo à parte. Com a mistura bem regulada, na altitude de cruzeiro, cada escapamento produzia uma



chama de um azul intenso, fazendo parecer que cada motor vestia uma coroa ou uma auréola de um azul impressionantemente bonito.

A etapa Brasília/Manaus também se completou sem incidentes. A cada vinte minutos, aproximadamente, víamos o mecânico olhando, pelas janelas laterais da cabine, os motores e o que mais fosse possível olhar de sua posição. No momento adequado, e por solicitação do Comandante, transferiu o combustível do tanque do compartimento de bombas – *bombay* – para os tanques principais. O amanhecer nos surpreendeu sobre o verde infinito da floresta.

De hora em hora, religiosamente, o radiotelegrafista encaminhava, por meio de um prendedor ligado a uma cordinha metálica, que interligava sua posição no compartimento traseiro, os boletins meteorológicos (QAM). Também, de tempos em tempos, nas posições indicadas no MANAV, mandávamos para ele as devidas Mensagens de Posição, a fim de que ele as transmitisse para um dos Centros de Controle de Área (ACC).

Chegamos bem a Manaus, já com sol alto. Voadas cinco horas e quarenta e cinco minutos. Reabastecimento, banheiro, Plano de Voo e decolagem para Boa Vista. Chegamos cansados, mas bem, prontos para a missão que receberíamos. Voáramos mais de duas horas e quarenta e cinco minutos. Ao chegarmos, fomos conduzidos à casa do Governador do Território, um Coronel da Força Aérea. Fomos muito bem recebidos por ele e por sua amável esposa, que determinara preparar uma refeição substancial, pois esposa de aviador sabia que apenas tínhamos ingerido o que continha na caixa de lanche de Cumbica.

A mesa, farta, continha de tudo, tipo, talvez, um café colonial nortista. Foi bom. Guloso, alimentei-me bem. Comi, inclusive, um pedacinho de peixe, não maior que um bombom. Senti-o meio amargo. Antes da refeição, o Cap Bresciani conversou com o Governador sobre a nossa missão e dele

recebeu informações, recomendações e explicações.

Descansamos algumas poucas horas enquanto nossa *carga* era preparada. Regressamos ao aeroporto onde constatamos estar quase tudo pronto. O avião reabastecido, a tripulação alimentada e estávamos prontos para decolar. Opa! Todos não.

Eu começara a passar mal. Cabeça pesada e rodando. Estômago e intestinos em plena revolução. Ânsia incontável de vomitar. Desci da kombi, corri para o banheiro e vomitei muito. Satisfeitas as necessidades, senti-me, obviamente, melhor. Nem sequer cogitamos qualquer adiamento da decolagem. Cumpríamos uma missão qualificada como de Segurança Nacional.

Decolamos com destino a Manaus. Nessa etapa, voando de 2P, pouco ajudei o Cap Bresciani. Vômito, febre e diarreia. Sentia muito frio. Tremia muito. Vesti meu casaco de voo e continuei com muito frio. O Cap Bresciani cedeu-me o dele, que coloquei sobre o meu, sem vestir. Continuei a tremer. O Sgt Carvalho apareceu com um termômetro, creio que do kit de Primeiros Socorros. Não perguntei. Ao retirá-lo da axila, media pouco mais de espantosos 41°C. Um febrão.

Pousamos em Manaus após, agora, demoradas duas horas e cinco de voo. Permaneci todo o tempo de preparação da aeronave no banheiro do Aeroporto de Ponta Pelada. Quando saí, o Cap Bresciani, com a franqueza que lhe era peculiar, perguntou-me se eu preferia ficar em Manaus, pois, de qualquer forma, ele tinha que prosseguir na missão. Disse a ele que pouco o ajudaria, mas que eu iria. Afinal, éramos uma tripulação. E fomos!

Foram seis horas e trinta minutos até Campo Grande. Dormitei bastante, nave-

guei muito pouco, e compareci ao nariz do B-25 várias vezes. Lá, costumávamos levar uma lata de tinta de cinco litros, vazia, para alguma emergência. A juventude e o bom preparo físico, creio, funcionaram, e cheguei a Campo Grande bem melhor do que quando saí de Manaus.

A missão a nós confiada foi cumprida. Após algumas boas horas de descanso e bem alimentados, regressamos à nossa Base de Cumbica. Mais duas horas e quarenta e cinco minutos de voo. Recolhi-me ao meu quarto no Cassino dos Oficiais.

Essa missão, por suas características e pela forma como foi cumprida, marcaram-me muito, pois jamais voltei a voar tantas horas em um período tão curto. Outro detalhe pelo tanto que fui marcado, nos quarenta anos que se seguiram, não voltei a colocar um pedaço de peixe na boca. Meu organismo simplesmente não aceitava. Hoje, se necessário, como um naco de peixe, porém, sem sentir um mínimo de satisfação.

O reconhecimento do Esquadrão veio na forma de um ofício do Ministro Extraordinário, Gen Oswaldo Cordeiro de Farias, em que agradeceu o esforço de toda a tripulação e o senso de responsabilidade da Unidade Aérea. Em suas palavras, ressaltou que *a missão, árdua e distante, foi cumprida com eficiência e breve tempo, como era exigido, enfrentando as maiores adversidades, voando noite e dia, graças à abnegação, ao espírito de sacrifício e ao elevado sentimento humanitário e de compreensão dessa destemida equipe, que não reflete apenas o valor pessoal de cada um, senão, também, daqueles que, silenciosamente, e na obscuridade, compõem o 1º/10º GAv, de Cumbica, orgulho de um Comando* ■



Clube de Aeronáutica SEJA SÓCIO!

Para você e seus dependentes!

ISENÇÃO DE JOIA por tempo limitado

Militares e seus ex-dependentes - R\$140,00

Civis sem vínculo - R\$230,00

www.caer.org.br

SEDE BARRA
LAZER E ESPORTE

